



Instituto
fazendohistória

Famílias Acolhedoras

Acolhendo a Primeira Infância

Prefácio

Eu tive a oportunidade de conhecer a equipe do Instituto Fazendo História desde a sua criação, a partir das atividades do Grupo de Trabalho Nacional Pró convivência familiar e comunitária, em 2005. Naquele momento o trabalho já se destacava pela qualidade, realizado por pessoas que ofereciam um toque especial de sensibilidade, expressando uma prática inovadora. A história da criança, do adolescente e suas famílias, escrita por adultos de referência, mostrava ser o compromisso maior.

Nossas vidas, nossos trabalhos, foram se entrelaçando ora nas atividades do SAPECA, serviço de acolhimento familiar de Campinas/SP, ora nas lutas na seara da incidência política, em construções coletivas e nos estudos dentro e fora do país.

Foi com imensa alegria que vi nascer o serviço de família acolhedora no IFH. Tivemos longas conversas, muitas trocas, envolvendo os seus profissionais, mas também o sistema de justiça, a equipe do executivo municipal e o serviço ia nascendo mostrando que todo o rigor técnico trazido pelas vivências experienciadas nos outros âmbitos de ação estavam presentes e sendo aplicadas, uma vez mais, na construção metodológica cuidadosa e com competência.

A escolha em atender as crianças na primeira infância, afastadas da família por proteção judicial, foi realizada em consonância com as diretrizes nacionais e internacionais. Pude testemunhar a ousadia no enfrentamento das dificuldades, na busca de recursos, no início de uma jornada – apesar das conversas constantes – sem o apoio financeiro e de gestão municipal.

Agora, já transcorridos quase quatro anos, com dezenas de situações atendidas, os profissionais do IFH escrevem uma história no município, consolidada por uma trajetória responsável não só de seus atendimentos diretos, mas pela contribuição efetiva na construção da política pública.

Esse processo de trabalho, que tem sido realizado envolvendo a sociedade em geral para o compromisso com a primeira infância, implica a corresponsabilidade de instituições e pessoas que passam a conhecer bem as questões a ela relacionadas; implica também o desenvolvimento da cultura e da linguagem que acabam por impregnar e dar forma ao seu enfrentamento.

A construção de conhecimento, contribui diretamente na efetivação desse novo modelo de proteção à criança e ao adolescente, inédito em vários aspectos: o atendimento em medida protetiva de acolhimento familiar no contexto da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política Nacional de Assistência Social, que só se efetiva na conjunção de esforços com as demais políticas para sua efetivação como proteção integral.

Esta publicação se propõe a contribuir no fortalecimento e na ampliação dessa medida protetiva e, ao mesmo tempo, particularizar o debate acerca do necessário entendimento do cuidado no desenvolvimento do ser humano em um serviço de acolhimento, de forma a oferecer uma compreensão mais efetiva da trama que envolve todos os sujeitos participantes desse serviço, desvendando âmbitos inusitados do

cuidado e da proteção: ao mesmo tempo em que os sujeitos expressam seus cuidados e suas responsabilidades pela proteção alheia, manifestam a maneira como eles próprios são cuidados e sujeitos da proteção do outro.

Nesse processo de assumir responsabilidades de cuidados e proteção é também desvelado um espaço para a construção de sujeitos políticos, quando suas ações são baseadas em uma preocupação ética que transcende as ações momentâneas e quando executam essas ações com vistas no alcance de uma sociedade melhor.

Assim, espero que o leitor possa não só apreender esse cuidadoso trabalho de cuidar, mas sinta-se motivado a disseminar e implementar políticas públicas desta natureza, tão necessárias ainda nesse imenso país.

Sigam em frente, vocês contribuem de maneira muito especial no fazer cotidiano da política pública direcionada à proteção integral de crianças e adolescentes. Afirmo, com tranquilidade, vocês materializam o nosso sonho de ver o Estatuto da Criança e do Adolescente implantado! Desejo estar sempre por perto.

Jane Valente



Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo, Coordenadora do Serviço SAPECA de famílias acolhedoras durante 07 anos, de 2000 a 2007, Foi Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar da Prefeitura de Campinas/SP de 2013 a 2016, Membro do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária desde 2006 e da Rede Nacional pela Primeira Infância. Consultora da Rede Latinoamericana de Acolhimento Familiar (RELAF) desde 2004. Autora do livro Família Acolhedora: Relações de Cuidado e de Proteção no Serviço de Acolhimento, Paulus Editora, 2014. Formação em Liderança Executiva para a Primeira Infância, Harvard, Boston, Mass, USA 2017. Coordenadora do Plano pela Primeira Infância de Campinas.



Sumário

APRESENTAÇÃO	8
1. FAMÍLIAS ACOLHEDORAS	14
1.1 Fundamentos	15
<i>Um olhar para a história recente do acolhimento no Brasil</i>	15
<i>Parâmetros legais do acolhimento: direito à convivência familiar e comunitária</i>	17
<i>Acolhimento familiar no mundo</i>	21
1.2 Primeira infância, uma prioridade	24
<i>Sobre a primeira Infância</i>	24
<i>A escolha do IFH pelo acolhimento de crianças de 0 a 6 anos</i>	31
1.3 Implementação do serviço de famílias acolhedoras	34
<i>O início do serviço</i>	34
<i>Seleção da equipe</i>	37
<i>Funções de cada membro da equipe</i>	37
<i>Capacitação inicial e formação continuada da equipe técnica</i>	41
<i>Articulação da rede e fluxo de atendimento</i>	42
<i>Construção do Projeto Político-Pedagógico – PPP</i>	43
2. O TRABALHO COM AS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS	46
2.1 Ser família acolhedora	47
2.2 Mobilização das famílias acolhedoras	49
2.3 Qualificação e seleção das famílias acolhedoras	51
<i>Palestra de apresentação</i>	51
<i>Encontro de apresentação</i>	51

<i>Cadastro e análise de documentos</i>	52
<i>Entrevista familiar</i>	52
<i>Primeira devolutiva</i>	53
<i>Preenchimento de questionário</i>	53
<i>Encontros de qualificação</i>	53
<i>Encontros com filhos das famílias acolhedoras</i>	56
<i>Devolutiva final</i>	57
2.4 Início do acolhimento	60
2.5 Acompanhamento das famílias acolhedoras	60
<i>Supervisão em grupo</i>	61
<i>Supervisão individual</i>	63
3. O TRABALHO COM FAMÍLIAS DE ORIGEM E PRETENDENTES À ADOÇÃO	64
3.1 Famílias de origem	65
3.2 Famílias adotivas	76
4. ACOMPANHAMENTO DAS CRIANÇAS	80
<i>O momento do acolhimento</i>	81
<i>A construção do PIA</i>	84
<i>Trabalhando a despedida</i>	85
<i>O trabalho com histórias de vida</i>	86
<i>Histórias que curam</i>	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
6. ANEXOS	94
7. GLOSSÁRIO	120
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
9. FICHA TÉCNICA	127

Apresentação



O **Instituto Fazendo História (IFH)** é uma organização da sociedade civil fundada em 2005, que colabora com o desenvolvimento de crianças e adolescentes com experiência de acolhimento, a fim de fortalecê-los para que se apropriem e transformem suas histórias. Busca assegurar-lhes o direito a se desenvolver plenamente, em família e na comunidade, apostando no direito às histórias de vida, na franqueza das relações, na partilha de conhecimento e afetos, no trabalho voluntário qualificado e, sobretudo, no compromisso com as crianças e adolescentes.

A atuação do IFH tem como principal referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e se baliza, também, em outros documentos nacionais e internacionais que oferecem parâmetros quantitativos e qualitativos para serviços e programas de cuidados com as crianças e adolescentes separados de suas famílias¹. Seu desejo é apoiar, por meio de seus programas, as 40.132 crianças e adolescentes, entre 0 e 17 anos, acolhidos no país² para que construam alternativas saudáveis para seu percurso biográfico. Entende que acompanhá-los com interesse e respeito na construção de uma narrativa sobre suas histórias possibilita a elaboração e ressignificação de suas vivências, tornando-os protagonistas de suas vidas e evitando a repetição de situações de violência e rompimentos presentes, com frequência, em suas histórias familiares.

Através de seus programas³, o IFH investe na construção e manutenção de vínculos afetivos estáveis e duradouros entre crianças ou adolescentes e adultos significativos para que o acolhimento seja, uma medida protetiva de fato, que promova suporte afetivo, fortalecimento e desenvolvimento. Por meio de diferentes estratégias, oferece uma escuta sensível para o que há de singular em cada história de vida.

1. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes do Ministério do Desenvolvimento Social (2009); Diretrizes da ONU para Cuidados Alternativos à Crianças (2009).

2. Dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, retirado do site do Conselho Nacional de Justiça em janeiro de 2019. <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20545-cadastro-nacional-de-criancas-acolhidas-cnca>

3. Acesse www.fazendohistoria.org.br e conheça a descrição detalhada dos programas do IFH, bem como seus resultados.

NOSSOS PROGRAMAS



apadrinhamento afetivo

O **Apadrinhamento Afetivo** favorece, de forma individualizada, a convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que estão em serviços de acolhimento institucional. Os padrinhos e madrinhas acompanham de perto as conquistas do dia-a-dia, as datas festivas, as dificuldades escolares ou afetivas, a conquista de autonomia e outros momentos importantes ou mesmo cotidianos da vida das crianças e adolescentes, principalmente de quem tem perspectiva de acolhimento de longa duração. Permeadas por afeto e carinho verdadeiros o investimento é para que construam-se relações de longo prazo.



grupo nós

O **grupo nós** apoia adolescentes no processo de transição para a vida adulta. No caso de quem precisou de acolhimento e não tem o suporte de uma família, construir estratégias que garantam apoio para a nova fase da vida se faz ainda mais necessário. A descoberta de um propósito na vida, a busca por uma moradia e o desenvolvimento profissional são objetivos dos jovens que acompanhamos. A busca é por apoiá-los de perto na construção de um projeto de vida potente e autêntico.



fazendo minha história

Toda história merece ser contada por quem a viveu, por quem a vive. No **Fazendo Minha História**, a oportunidade de olhar para a própria história e perceber as dores e amores escondidos nas entrelinhas é preciosa. Os colaboradores voluntários acompanham individualmente cada participante, ajudando-o a se expressar e construir uma narrativa de sua história.



formação

No programa **Formação**, abre-se espaço para que educadores, gestores, técnicos e todos os profissionais que lidam com a complexidade de uma criança ou adolescente que precisou ser separado de sua família de origem possam refletir e aprimorar sua prática.



com tato

O sofrimento causado por situações difíceis na infância e adolescência pode demandar uma atenção especial, um trabalho profissional e profundo de cuidado e elaboração das histórias. Nesses casos, o **Com Tato** oferece psicoterapia como caminho para a saúde, para a vida seguir em frente, cheia de possibilidades, através de uma rede competente de psicólogos e supervisores voluntários.

O Serviço de Acolhimento em **Famílias Acolhedoras**, implementado pelo Instituto Fazendo História (IFH) em 2015, surge do desejo de contribuir com políticas adequadas para a primeira infância quando privada dos cuidados parentais. Antes, com o programa Palavra de Bebê, o IFH já colaborava com a formação de educadores nos serviços de acolhimento institucional, ajudando cada adulto cuidador a perceber e ter reconhecido o valor de seus atos junto aos bebês e crianças pequenas. O olhar, o gesto, a palavra: tudo isso tem uma importância inestimável na vida de cada bebê. O programa trazia importante colaboração para o desenvolvimento integral, mas a rotina dos serviços de acolhimento, com alta rotatividade de funcionários, organizados por turnos, deixava evidente que seria necessário algo mais impactante e decisivo para bem cuidar de bebês privados de cuidados parentais.

Em 2009, a nova redação do Estatuto da Criança e do Adolescente assume o serviço de acolhimento familiar como política pública prioritária dentro das medidas protetivas do acolhimento.

Art. 34. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou adolescente mediante guarda, observado o disposto nos arts. 28 a 33 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º A União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública, os quais deverão dispor de equipe

que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

As diretrizes nacionais e internacionais – ratificadas pelo Brasil – legitimam e reconhecem o acolhimento familiar como a estratégia mais adequada ao desenvolvimento de crianças. Em consonância com as Diretrizes para Cuidados Alternativos da ONU, a campanha do UNICEF pelo acolhimento familiar de bebês e a divulgação de um número expressivo de pesquisas revelam a importância de vínculos estáveis para o desenvolvimento cerebral na primeira infância.

É neste contexto que o IFH decide iniciar em São Paulo, a maior capital do país, um serviço de acolhimento familiar. Construído metodologicamente com todo cuidado, atenção e sensibilidade, visa demonstrar que é possível melhor acolher a primeira infância, apesar da complexidade técnica da proposta, que amedrontava e ainda amedronta muitos atores da rede. A ideia de compartilhar a experiência pareceu-nos oportunidade interessante de aproximar atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) dessa política que ainda assusta a tantos e enfrenta dificuldades para se tornar a regra e deixar de ser exceção em nosso país.

Essa publicação sistematiza a forma de trabalhar do IFH e resulta do aprendizado com iniciativas similares⁴, da articulação com outros serviços de acolhimento, da relação de parceria e confiança com o Sistema de Justiça e, é claro, da experiência na execução desse

4. Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente – SAPECA RELAF-Red Latinoamericana de Acogimiento Familiar.

serviço. Pretende dar visibilidade, compartilhar boas práticas, difundir conhecimento, incentivar e inspirar organizações, gestores públicos e profissionais da área a ampliarem práticas e serviços que melhor atendam a crianças pequenas privadas de cuidados parentais.

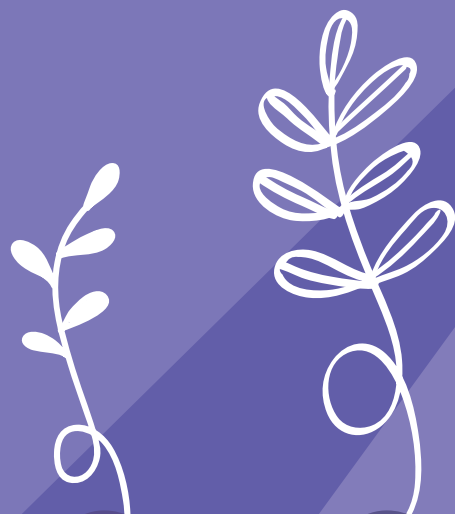
Assim como a construção de nossa metodologia, esse texto foi escrito por muitas mãos, e aprimorado a partir dos acolhimentos realizados, do contato com as crianças, suas famílias e histórias. Nesses anos de atuação, acolhemos 34 crianças, formamos diversas famílias acolhedoras e seguimos aprendendo a cada encontro e a cada despedida. Acolher é afeto, é apoio, é se abrir a uma experiência comunitária única de cuidado. Para nós é uma honra promover esses encontros tão reparadores entre famílias e crianças e contribuir na efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.

Lara Naddeo
Coordenadora Famílias Acolhedoras



Famílias Acolhedoras

De onde surgiu e como iniciar



1.1 Fundamentos

Um olhar para a história recente do acolhimento no Brasil

O acolhimento, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), é uma medida de proteção, excepcional, temporária e provisória, aplicada quando os direitos de uma criança ou adolescente foram ameaçados ou violados. O encaminhamento para um serviço de acolhimento deve acontecer somente quando não houver possibilidades para permanência da criança ou adolescente na sua família de origem. Segundo a legislação vigente, trata-se de um período de transição de no máximo 18 meses, devendo ser reavaliado a cada 3 meses.

De acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009)⁵ existem quatro modalidades de serviços de acolhimento:

- 1. Abrigo institucional** (até 20 crianças e adolescentes cuidados por educadores que se revezam em turnos);
- 2. Casa-lar** (até 10 crianças e adolescentes com a presença de educador residente);
- 3. Família Acolhedora** (famílias cadastradas e selecionadas que acolhem em suas residências uma criança, adolescente ou um grupo de irmãos);
- 4. República** (casa para jovens entre 18 e 21 anos).

Todas as modalidades de serviços de acolhimento devem assegurar oportunidades de desenvolvimento físico, psicológico, moral, espiritual e social das crianças e adolescentes; ter um quadro profissional qualificado para o trabalho; garantir os direitos básicos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade. O serviço de acolhimento é uma política

⁵ https://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf

pública que deve garantir a convivência familiar e comunitária e tem como objetivo prioritário o retorno da criança ou adolescente à sua família de origem, natural ou extensa e o encaminhamento para famílias adotivas, quando o retorno para a sua família for inviável.

Esse modelo de atendimento para crianças e adolescentes, separados temporariamente de suas famílias, teve início em 1990, com a promulgação do ECA, cujo paradigma é o da proteção integral da criança e do adolescente e vem sendo aprimorado desde então. Antes de 1990, as instituições responsáveis por crianças e adolescentes que não podiam estar com suas famílias eram chamadas de orfanatos ou internatos, termos atualmente equivocados para se referir a um serviço de acolhimento.

Os Códigos de Menores, de 1927 e de 1979, que regulamentavam os orfanatos e internatos, não faziam distinção entre crianças e adolescentes cujos direitos haviam sido violados – na época, chamados de “abandonados” – e adolescentes autores de ato infracional – na época, chamados de “delinquentes”. Todos recebiam o mesmo tratamento e ficavam nas mesmas instituições, muitas vezes ligadas a organizações religiosas ou ao Estado, como era o caso da Fundação Nacional do Bem-Estar Social (FUNABEM) e de sua representante nos estados da federação, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM).



Na lógica do Código de Menores, as crianças e adolescentes em situação irregular – “abandonadas” ou “delinquentes” – eram afastadas do convívio social com a finalidade de serem reeducadas. Os orfanatos e internatos se caracterizavam como instituição total (fechada), onde aconteciam as atividades de educação, saúde, lazer e profissionalização. As crianças e adolescentes ficavam “confinadas” e lá permaneciam, com frequência, até os 18 anos. Eram separados por sexo e por idade e recebiam um tratamento coletivo. Os profissionais eram encarregados de cuidar de uma quantidade muito grande de crianças e adolescentes e, na maioria das vezes, não tinham informações sobre cada um, sobre os motivos da retirada da família, seus interesses, habilidades e afetos. Não lhes destinavam, portanto, os cuidados individualizados que necessitavam e poderiam beneficiá-los.

Os orfanatos, de caráter assistencialista e sem foco no retorno familiar, não só não ofereciam as melhores condições ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, como comprometiam seu desenvolvimento. Eram grandes, com atendimento massificado e operavam na lógica da instituição total.

O governo brasileiro, em parceria com a Sociedade Civil, vem trabalhando para que a agenda de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange ao direito à convivência familiar e comunitária, ocupe a necessária prioridade, entendendo que um serviço de acolhimento deve ter uma dinâmica semelhante à de uma residência familiar. Isso nada tem a ver com privação de liberdade. Pelo contrário, o fato dessas crianças e adolescentes terem seus direitos já ameaçados ou violados evidencia a necessidade de uma medida protetiva realmente acolhedora, sensível e reparadora.

Parâmetros legais do acolhimento: o direito à convivência familiar e comunitária

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

De acordo com o ECA, toda criança e adolescente⁶ têm ainda o direito à convivência familiar e comunitária. O acolhimento, por ser medida de proteção excepcional, temporária e provisória é a última alternativa de atendimento para uma criança e adolescente que teve algum direito ameaçado ou violado. Dessa forma, antes de sua determinação, as autoridades competentes e os serviços da área devem esgotar todas as possibilidades de permanência na família natural ou extensa.

Na perspectiva da proteção integral, a rotina das crianças e adolescentes acolhidas deve ser semelhante à das demais, com acesso à escola, aos serviços de saúde do bairro, às atividades esportivas, culturais e profissionalizantes que estão disponíveis a todo cidadão. Além disso, devem participar de diversas atividades de lazer em espaços públicos da comunidade como praças, parques, cinemas, teatros, dentre outros. Crianças e adolescentes acolhidos são cuidados por profissionais que preparam as refeições, levam-nos à escola, ajudam nos cuidados diários, apoiam nas tarefas escolares, colocam-nos para dormir, ensinam os autocuidados e os preparam para a vida autônoma. Esses cuidados precisam ser realizados a partir do estabelecimento de vínculos afetivos, que se concretizam em conversas e atitudes acolhedoras e propiciam experiências reparadoras às crianças e adolescentes.

A mudança de paradigma e a compreensão da criança como sujeito de direito ainda não foi integralmente incorporada pela sociedade brasileira, onde a lógica punitiva e excludente permanece presente. Para enfrentar essa situação, nos anos 2000, sociedade civil e poder público se uniram para avaliar a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária no país. Esse esforço conjunto identificou inúmeros desafios que ainda precisavam ser enfrentados e estabeleceu ações prioritárias. Esse processo participativo envolvendo todos os poderes, esferas do governo, sociedade civil organizada e organismos internacionais resultou na construção do Plano Nacional de Promoção,

6. O Plano de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), assim como o ECA, entende a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Dessa forma, são “indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias, que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros ‘objetos’, devendo participar das decisões que lhes digam respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento.” (BRASIL, 2006, p. 28).

Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)⁷, em 2006, por uma Comissão Intersetorial que elaborou os subsídios apresentados ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

O PNCFC, aprovado pelo CONANDA e pelo CNAS, afirma que a “família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade” (BRASIL, 2006, p. 25). Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações recíprocas. Assim, em um âmbito simbólico e relacional, muitas pessoas podem ser consideradas “família”.

Marco nas políticas públicas, o PNCFC tem compromisso com o rompimento da cultura da institucionalização. Sua base é o fortalecimento e a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, fundamentais na estruturação e no desempenho das crianças e dos adolescentes como sujeitos e cidadãos. Para tanto, suas ações estão diretamente relacionadas ao investimento nas políticas públicas de atenção à família.

Em 2009, os parâmetros de funcionamento dos serviços de acolhimento foram detalhados no Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (OT/MDS). O documento é uma referência nacional e prevê que, quando esgotados os recursos de permanência da criança ou adolescente em sua família e o acolhimento for determinado, o serviço deve garantir o contato das crianças e dos adolescentes com seus familiares e/ou com pessoas da sua comunidade de origem ou da comunidade onde o serviço está localizado. As quatro modalidades de acolhimento são descritas detalhadamente, sendo explicitadas no documento a estrutura física, de recursos humanos e até mesmo os parâmetros de funcionamento. O documento baliza a qualidade dos serviços no país.

A lei 12.010, também de 2009, altera o ECA afirmando, em seu artigo 25, que diversas relações de parentesco compõem uma “família extensa”, que se estende para além

7. O capítulo ‘Antecedentes’ do PNCFC oferece um panorama desse importante período de construção participativa de políticas voltadas para a convivência familiar e comunitária no Brasil.

do núcleo pais/filhos e/ou da unidade do casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio. É o caso de irmãos, meios-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus. Há, ainda, inúmeras outras formas de configuração das famílias, não limitando a organização e funcionalidade delas a uma única estrutura possível. Por exemplo, as famílias mononucleares, as famílias homoafetivas, aquelas formadas por filhos de relações anteriores de um ou ambos os membros do casal. Os profissionais da rede de proteção à infância e à juventude têm como responsabilidade compreender a estrutura familiar da criança ou adolescente para verificar as possibilidades de permanência na família de origem ou integração da criança em sua família extensa, evitando interpretações que limitem as alternativas em função de concepções pessoais ou preconceitos.

Quando um acolhimento é determinado, a equipe profissional do serviço, articulada com outros órgãos do SGDCA, deve trabalhar com as famílias para favorecer a superação da situação que motivou o acolhimento, potencializando-as para a retomada do exercício de suas funções parentais de proteção e cuidado.

O artigo 34 do ECA prioriza o acolhimento familiar como forma de promover a convivência familiar e comunitária à criança e ao adolescente em medida protetiva de acolhimento.

Parágrafo 1o do Art. 34 do ECA: “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.”



Embora o acolhimento familiar tenha sua prioridade respaldada por Lei e documentos nacionais e internacionais, sua representatividade na política nacional ainda é tímida. Essa modalidade tem se expandido em ritmo lento. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que apenas 7% das 40.132 crianças e adolescentes (entre 0 e 17 anos) em situação de acolhimento no país se encontram em família acolhedora. Por outro lado, o número de municípios brasileiros que executam a modalidade de família acolhedora aumentou significativamente; em 2010 haviam 144 municípios executando o serviço (Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento/FioCruz), e em 2018, segundo o Censo SUAS, são 349 Municípios.

O aumento no número de serviços de famílias acolhedoras exige ações contínuas e mudança cultural no senso comum da sociedade. *Uma mudança cultural só se processa pela afirmação de novos valores, no momento em que eles se tornam dominantes e passam a ser apropriados pelo conjunto da sociedade e pelo Estado* (Silva, 2004 apud Valente, 2013). Qualquer mudança demanda um período significativo de reflexões, experimentações e convencimentos.

Na atual conjuntura do país, existindo poucos serviços dessa natureza, a segunda opção costuma ser a regra: as crianças e adolescentes são encaminhadas a serviços de acolhimento institucional.

No acolhimento, seja ele familiar ou institucional, existe todo um sistema de garantia de direitos responsável por cuidar desse momento crítico das crianças, adolescentes e suas famílias. A natureza jurídica que justifica a estreita relação do serviço de acolhimento em família acolhedora com o Ministério Público e com a Vara da Infância e Juventude supõe a ampliação, também, de uma relação de confiança e de diálogos horizontais.

Acolhimento Familiar no Mundo

As Diretrizes Internacionais sobre Cuidados Alternativos para Crianças, publicada em 2009 pela Organização das Nações Unidas com intuito de

aprimorar a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança, ofereceu parâmetros para o acolhimento que foram ratificados pelo Brasil. Tal documento internacional dispõe de estratégias para o melhor atendimento a crianças e adolescentes privadas do cuidado parental e define o acolhimento familiar como um tipo de cuidado realizado por uma família acolhedora, que recebe uma criança ou adolescente e exerce todas as responsabilidades e cuidados integrais em sua residência, pelo período de tempo que for necessário, sem estabelecer vínculo de filiação. A criança ou adolescente permanece em acolhimento familiar até que seja reintegrada à sua família de origem, após haver superado as causas que deram origem à separação.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, estabelece que, sempre que possível, crianças separadas de suas famílias biológicas sejam acolhidas em ambientes familiares. O acolhimento familiar é a medida de proteção mais recomendada por proporcionar estabilidade, um cuidado mais individualizado do que o oferecido em instituições, e por garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

Na Espanha, França e Itália, o acolhimento familiar ganha força a partir da década de 70. Na Espanha, a formalização da medida se deu em 1987, com o Código Civil espanhol que cria oficialmente o conceito de acolhimento familiar e recomenda seu uso como medida de proteção preferencial, em detrimento da institucionalização. O Código gera uma mudança no paradigma assistencial de atenção à criança e ao adolescente e propõe uma abordagem comunitária de intervenção com as famílias (Del Valle, López, Montserrat e Bravo, 2009). Nesses países, o acolhimento em família extensa também é considerado uma medida de proteção.

No Brasil, a discussão sobre a permanência na família extensa, com ou sem recursos para tanto, e com ou sem a entrada no sistema de justiça, está se aquecendo nos últimos anos. Discute-se atualmente os detalhes de como seria a permanência em uma

família guardiã, chamada por alguns de guarda subsidiada, mas a política ainda não está estabelecida em âmbito nacional. A ideia central é manter a criança em seu círculo de convivência, entre amigos próximos e parentes, sendo inclusive possível um apoio financeiro para tanto.

Nos Estados Unidos e Inglaterra, o acolhimento familiar surge no início do século XX como resposta ao grande número de crianças acolhidas em instituições (Rizzini, 2007). Atualmente, esses países apresentam uma alta taxa de acolhimento familiar e vêm repensando sua prática já que, principalmente nos Estados Unidos, é grande o número de crianças que precisam ser transferidas de famílias acolhedoras e acabam passando por novas rupturas. A tendência tem sido buscar alternativas ao acolhimento e programas de apoio à família extensa. Em países como os Estados Unidos, Inglaterra e França, as famílias acolhedoras normalmente recebem um salário por criança acolhida.

Na Austrália somente 7% das crianças acolhidas estão em instituições. Muitas são acolhidas em casas de parentes, amigos das famílias de origem ou alguma pessoa de referência da comunidade onde a criança vivia antes do acolhimento.

A maioria dos países da América Latina possui algum marco legal sobre o acolhimento familiar e políticas centradas na permanência da criança em seu seio familiar. A RELAF – Rede Latino Americana de Acolhimento Familiar, vem contribuindo com um importante movimento de desinstitucionalização de crianças e adolescentes na América Latina e Caribe, atuando pelo direito à convivência familiar e comunitária e apoiando organizações de todo o continente na garantia desse direito. Outra frente de atuação da RELAF é na prevenção da necessidade de separar crianças de suas famílias e comunidades, promovendo formas de cuidado alternativo baseadas nas famílias.



No entanto, é ainda grande o número de crianças e adolescentes privados do cuidado parental na América Latina⁸. Muitos se encontram separados de seus pais por medidas tomadas pelas autoridades e incluídos em alguma medida de proteção formal, outros estão em situações de cuidado alternativo informais (sendo cuidados por outros adultos sem medida de proteção formal) e muitos estão em situação de rua, sem acesso a cuidado alternativo algum.

Diversos acolhimentos são inadequados, pois não respondem às necessidades da criança ou não foram consideradas medidas preventivas que evitassem a separação da família, tal como se estabelece nos procedimentos previstos na Convenção dos Direitos da Criança e nas Diretrizes das Nações Unidas sobre o cuidado alternativo das crianças.

Ainda há muito o que caminhar, mas nos últimos anos vimos surgir avanços no sentido de diminuir o número de crianças e adolescentes em instituições, fomentar o acolhimento familiar e prevenir acolhimentos desnecessários, com a construção de políticas e diretrizes centradas no direito à convivência familiar e comunitária.

1.2 Primeira infância, uma prioridade

Sobre a primeira infância

// *Uma criança nasceu, o mundo tornou a começar.*

Guimarães Rosa

A primeira infância é o começo da vida, um momento em que a comunidade abre espaço para a chegada de uma nova pessoa, construindo coletivamente mais um lugar no mundo. Por isso é uma experiência muito intensa tanto para quem nasce, quanto para quem cuida; afinal, são os momentos iniciais de uma nova história, pessoal e familiar.

8. Para saber mais: Crianças e adolescentes sem cuidados parentais na América Latina - contextos, causas e consequências da privação à convivência familiar e comunitária (2010).

A primeira infância é o período que compreende do nascimento aos seis primeiros anos de vida de uma criança. Nos últimos anos, esta fase tem ocupado lugar de destaque em diversas áreas do conhecimento e se tornou foco de investimentos de programas e políticas públicas⁹, principalmente pelo entendimento de que as experiências dos primeiros anos influenciam de maneira significativa o desenvolvimento biopsicossocial de cada pessoa nos estágios posteriores da vida.

Esse entendimento de primeira infância dialoga com a concepção de que o bebê é um sujeito com uma história a ser preservada, personalidade e vontades próprias e com necessidade de cuidado singularizado para crescer. Por se tratar de um sujeito em franco desenvolvimento, necessita do empréstimo de palavras e sentidos de seus cuidadores¹⁰ para criar a própria vida.

A ciência¹¹ têm demonstrado a estreita relação entre o desenvolvimento cerebral e o **vínculo estabelecido entre o bebê e seu ambiente** (mais especificamente seu cuidador) e, por consequência, a influência dessa relação no desenvolvimento da cognição e do comportamento nos anos que se seguem. Nesse

9. Uma grande referência neste trabalho no Brasil é a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – www.fmcsv.org.br.

10. Quando nos referirmos ao cuidador designamos a mãe, o pai, outro familiar, educador ou qualquer outra pessoa que ofereça à criança os cuidados necessários e suficientes para que ela se desenvolva física e psicologicamente.

11. Para saber mais- Livro: Princípios de Neurociências de Eric R. Kandel.



sentido, a maneira como os cuidados são dispensados aos bebês e crianças pequenas merece atenção especial.

No nascimento, o cérebro humano está pouco desenvolvido. A maioria de seus 100 bilhões de neurônios ainda não está ligada em rede, ou seja, não estabeleceu as conexões necessárias para que o cérebro comande os diferentes movimentos do corpo, decodifique e classifique as informações recebidas, identifique e compreenda sentimentos, desenvolva o raciocínio verbal, numérico, etc. Essas ligações, chamadas **sinapses**, formam os circuitos responsáveis por conectar as diferentes áreas do cérebro. Entre zero e três anos de idade se constrói 70% das sinapses que serão utilizadas e reforçadas na vida diária, passando a fazer parte do circuito permanente do cérebro.

Sabemos que os bebês apresentam uma grande dependência em relação a seus cuidadores no início da vida. Pode-se até dizer que todo bebê é “prematureo”, mesmo aqueles que nascem com nove meses de gestação completos, pois precisam, para sobreviver, de um adulto atento e dedicado às suas manifestações, que possa lhes oferecer cuidados tanto no que diz respeito a suas necessidades básicas de higiene e alimentação, quanto para introduzi-lo no universo das trocas afetivas. Todo bebê precisa da presença de outro ser humano que possa lhe assegurar condições para sua sobrevivência física e psíquica, para que se torne um sujeito e possa falar em nome próprio.

Ao nascer, o desenvolvimento motor e físico do bebê está apenas começando. Os estímulos do ambiente que chegam através dos sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar) são muito novos e requerem aprendizado, identificação e classificação, o que acontece gradativamente através da experimentação. A partir da relação com os adultos cuidadores, os bebês constroem seus ritmos de sono e alimentação, desenvolvem a linguagem e a capacidade de raciocínio.

Assim, tornar-se uma pessoa, algo que parece tão simples e natural, acontece a partir da relação do bebê com aqueles que dele cuidam, e através de um complexo processo de desenvolvimento. Não basta esperar a passagem do tempo para que tudo isso aconteça de forma automática.

Até o brincar, que é a forma como as crianças se comunicam, não acontece automaticamente sem a intermediação inicial de um adulto cuidador. As primeiras brincadeiras e jogos das crianças são construídos na relação com seus cuidadores e são fundamentais para seu desenvolvimento. Para que a criança possa brincar de faz-de-conta ou de jogos com regras, é importante que seus pais ou educadores tenham brincado com ela desde os primeiros meses de vida¹².

Dessa forma, o tempo da primeira infância é fundamental no que diz respeito à maturação cerebral, ao desenvolvimento físico e à constituição psíquica da criança. Quando algo não vai bem, intervenções devem ser realizadas o mais cedo possível para que a plasticidade neuronal característica desse período permita a retomada do processo de desenvolvimento.

Os vínculos e cuidados recebidos nos primeiros anos são fundamentais para o enfrentamento de dificuldades ao longo de toda vida. A superação de comprometimentos e traumas que tiveram origem na infância está sempre presente, em maior ou menor grau, dependendo da sua intensidade, do ambiente no qual essa criança está inserida, das pessoas e relações que fazem parte de sua história.

Ao estudar o comportamento humano, pesquisadores reconheceram uma capacidade de superação de traumas e dificuldades e denominaram-na **resiliência**, ou seja, a capacidade de minimizar, prevenir ou superar os efeitos nocivos das adversidades e ter uma vida ativa e cheia de significado. Crianças resilientes são aquelas que, apesar de terem vivido situações adversas, conseguem desenvolver suas capacidades pessoais, tornam-se produtivas, estabelecem relações saudáveis e encontram o equilíbrio emocional por meio da superação destas situações.

A resiliência está associada ao estabelecimento de um vínculo importante, saudável e significativo. Pode ser um vínculo do passado ou do presente, mas é sempre descrito

12. Para saber mais sobre a importância do brincar e suas particularidades, recomendamos o capítulo “Brincando com bebês”. In: Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos, Fernanda Nogueira (org.). São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011. Disponível para download no site www.fazendohistoria.org.br.

pelos indivíduos considerados resilientes como a experiência de se sentir verdadeiramente aceito e reconhecido pelo outro, pelo grupo e/ou pela coletividade. (Cyrulnik, B. 2004)

Durante a primeira infância, se a criança for privada da relação com um cuidador principal ou se vivenciar relações sem qualidade e estimulação, o processo de crescimento e desenvolvimento do cérebro será seriamente afetado. Atualmente, algumas pesquisas (Bilson, A. 2010) demonstram que é alta a proporção de crianças que crescem sem cuidados parentais, não atingem seu potencial em termos de competências de educação e de vida, de modo que contribuem pouco com a sociedade e, ao contrário, exigem a intervenção do Estado em toda a sua vida adulta, gerando inclusive prejuízo econômico¹³.

Dessa forma, a Neurologia e a Puericultura têm alertado a sociedade internacional e nacional: investir em melhores condições para o desenvolvimento da primeira infância nos seus mais diferentes aspectos é uma ação preventiva que garante uma sociedade mais saudável.

Um estudo longitudinal¹⁴ realizado em Instituições de acolhimento na Romênia e liderado pelo médico e professor da Universidade de Harvard, Charles Nelson, acompanhou 136 crianças, inicialmente com idades entre 6 meses e dois anos e meio, até elas completarem doze anos, e detectou impactos severos no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças institucionalizadas.

O projeto de Intervenção Precoce de Bucareste (BEIP) representa um estudo pioneiro para avaliar cuidados alternativos aos institucionais, e demonstrou que crianças acolhidas em instituições sofrem com uma série de obstáculos significativos ao seu desenvolvimento. O estudo também acompanhou a transição de crianças de um ambiente institucional ao acolhimento familiar,

13. Para saber mais acesse: www.heckmanequation.org

14. The Bucharest Early Intervention Project

e constatou uma melhora significativa em seu desenvolvimento. No entanto, o grau de recuperação das crianças está diretamente ligado ao tempo que permaneceram na instituição – geralmente, crianças que saem de uma instituição antes dos dois anos têm resultados melhores do que aquelas que saem após completar dois anos de idade (Nelson, Fox & Zeanah, 2014).

Importante pontuar que os serviços de acolhimento na Romênia apresentam condições muito diferentes dos brasileiros. Quando o estudo foi iniciado, as instituições Romanas eram similares aos nossos antigos orfanatos, acolhendo centenas de crianças. Após o estudo, a Romênia mudou radicalmente suas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. De qualquer maneira, o estudo aponta que um longo tempo de institucionalização é prejudicial para o desenvolvimento de crianças, principalmente as pequenas, e que o acolhimento realizado em um ambiente familiar é de fato mais reparador e benéfico.

Campanha Fale Por Mim

A Campanha pela não institucionalização de crianças de até três anos na América Latina e Caribe, chamada 'Fale Por Mim' e liderada pela UNICEF, apresenta dados alarmantes da pesquisa na Romênia sobre os atrasos significativos no desenvolvimento das crianças pequenas acolhidas em instituições:

- *A cada ano que um bebê ou criança pequena passa em uma instituição perde quatro meses de desenvolvimento saudável;*
- *Acontece seis vezes mais violência em instituições do que em famílias;*
- *Existe três vezes mais abuso sexual nas instituições do que no cuidado de famílias;*
- *As crianças pequenas são as mais vulneráveis em todas estas situações;*
- *Podem ser identificados danos maiores no desenvolvimento das crianças que entraram nas instituições em idade precoce (até os 2 anos de idade).*

A experiência de Lóczy

Ao longo dos anos de atuação do IFH, experiências inspiradoras contribuíram para refletir sobre o trabalho dos profissionais nos serviços de acolhimento. Uma delas é Lóczy, instituição criada na cidade de Budapeste, Hungria, para acolher crianças entre zero e seis anos separadas de suas famílias após a Segunda Guerra Mundial. Lóczy foi uma inspiração para a construção da metodologia do serviço de acolhimento familiar do IFH e para o cuidado com os bebês e crianças pequenas.

Dirigida pela pediatra Emmi Pikler, Lóczy tornou-se referência em várias partes do mundo principalmente porque as crianças que ali passaram não apresentaram sinais de institucionalização, comuns em crianças que vivem separadas de suas famílias em instituições. O Instituto Emmi Pikler, como passou a ser chamado a partir de 1986 em homenagem à sua fundadora, acolheu crianças durante sessenta anos e, em 2006, por mudanças na política pública de acolhimento naquele país, passou a funcionar como escola de Educação Infantil para crianças de zero a três anos e centro de formação profissional.

Para construir sua metodologia de intervenção junto aos bebês, Emmi Pikler baseou-se em sua observação e no reconhecimento de que, desde seu nascimento, os bebês são sujeitos ativos e não apenas passivos necessitando de cuidados. Os dois pilares fundamentais de sua abordagem são a segurança afetiva e o movimento livre. Em Lóczy, as educadoras são orientadas a sempre falar com os bebês durante os cuidados diários, tais como banho, troca de fralda e alimentação, olhando nos olhos do bebê e percebendo suas reações. Isso porque o bebê capta a intencionalidade por trás das palavras que lhe são ditas e se mostra mais calmo e colaborativo quando antecipamos e nomeamos de forma clara e simples o que está se passando e o que vai acontecer a seguir.

A repetição do ritmo dos cuidados diários também traz segurança e tranquilidade para os bebês. Eles aprendem a esperar porque confiam no adulto que sempre os atendeu de forma rítmica, isto é, seguindo uma rotina

e uma sequência nos cuidados do cotidiano. Nada é feito com pressa ou afobação e a orientação é que seja dado o tempo necessário para que cada um aproveite a experiência de forma prazerosa, sentindo cada cuidado que recebe.

Uma rotina bem pensada e uma equipe que trabalhe alinhada possibilitam uma organização do tempo para realização dos cuidados diários com tranquilidade e prazer, tanto para o bebê quanto para o profissional. Partindo desse princípio, a formação da equipe de educadores é realizada de maneira criteriosa em Lóczy. Antes de começar a atuar, os educadores passam por uma formação inicial de um mês, onde aprendem sobre a rotina de cuidados dispensados aos bebês e observam as profissionais que já atuam na instituição. Só depois, passam a cuidar de uma criança com a supervisão constante de uma profissional mais experiente. Semanalmente, realizam reuniões com toda a equipe em que discutem o desenvolvimento de cada criança, os desafios e as conquistas.

Gradativamente, o novo educador vai ganhando confiança e assumindo os cuidados com mais crianças, sempre contando com a supervisão de outro profissional. Cada educador, já formado, tem sob seus cuidados entre seis e oito crianças. Em função da complexidade do trabalho nos serviços de acolhimento, as formações de educadores e as reuniões semanais de equipe são exemplos de práticas institucionais que favorecem a profissionalização e, conseqüentemente, a qualidade do trabalho. A forma de organizar a rotina institucional em Lóczy – sempre levando em conta os vínculos estabelecidos e com objetivo de favorecer o desenvolvimento global e a autonomia das crianças – inspira um acolhimento de maior qualidade junto à primeira infância.

A escolha do IFH pelo acolhimento prioritário de crianças de 0 a 6 anos

O acolhimento de bebês apresenta características bastante peculiares por se tratar do trabalho com sujeitos em plena constituição. Ele demanda do adulto cuidador atenção e interesse para que os cuidados não sejam

anônimos, mas sim permeados pelo afeto e pela singularidade de cada encontro. Isto é fundamental para que cada bebê possa se desenvolver adequadamente tanto física quanto psiquicamente.

O acolhimento em si não é necessariamente prejudicial aos bebês, desde que estejam presentes as condições necessárias para seu desenvolvimento, sobretudo a relação de qualidade entre o bebê e seu cuidador. No entanto, apesar dos avanços na área do acolhimento, dos esforços para investir em recursos humanos e estrutura física, alguns aspectos intrínsecos ao cuidado institucional ainda não sofreram as transformações necessárias e interferem negativamente no desenvolvimento da criança pequena.

A continuidade dos cuidados e a consistência das relações emocionais, mantidos através do estabelecimento de um cuidador de referência, são condições básicas para o desenvolvimento do apego saudável durante a primeira infância e da confiança nos relacionamentos com outras pessoas nas fases posteriores da vida. No contexto institucional, os cuidados são realizados por adultos que se revezam em plantões e, muitas vezes, não se mantêm no trabalho por longos períodos. Tal configuração pode prejudicar o desenvolvimento emocional das crianças, como constatado desde a década de 50 por autores como Spitz e Bowlby.

O Programa Palavra de Bebê contribuiu por anos para a formação dos educadores e técnicos de serviços de acolhimento, como mencionado anteriormente. Criou espaços de reflexão com os profissionais sobre sua própria prática e ofereceu subsídios teóricos e metodológicos para qualificar os cuidados oferecidos aos bebês, visando a promoção de saúde física e psíquica e incentivando um conhecimento mais aprofundado sobre cada um deles.

A partir dessa experiência e considerando os estudos sobre a relação entre o desenvolvimento saudável e o vínculo estabelecido entre o bebê e seu cuidador, em 2015, o Instituto Fazendo História decidiu implementar um serviço de acolhimento familiar que priorizasse o acolhimento de crianças na faixa etária de zero a seis anos, garantindo as condições necessárias para que se desenvolvessem de forma saudável no período em que estivessem afastadas de suas famílias de origem.



O Serviço do IFH tem por objetivo oferecer acolhimento familiar a crianças afastadas da família de origem ou extensa, por determinação judicial, como medida de proteção excepcional e provisória. Por se tratar de um serviço de acolhimento que atende uma determinada faixa etária, são encaminhadas casos que não fazem parte de grupos de irmãos com crianças maiores ou adolescentes, priorizando a permanência desses em serviços de acolhimento que atendam a todos.

1.3 Implementação do serviço de famílias acolhedoras

O início do serviço

Conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/04), a operacionalização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é de responsabilidade do Poder Executivo, e tem interface com o Poder Judiciário. A gestão desse serviço pode ser realizada pelo município, com funcionários públicos em sua equipe, ou por Organização da Sociedade Civil (OSC), que pode estabelecer convênio com o governo municipal.

Quando o município assume a execução, a Secretaria de Assistência Social define a equipe e o formato do trabalho, sempre partindo das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (2009). O Município pode regulamentar o serviço construindo uma lei específica ou se basear nas resoluções dos Conselhos Municipais da Assistência Social e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quando uma OSC executa o serviço, ela deve estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Muitos municípios já formularam o Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e o Plano Municipal pela Primeira Infância, que oferecem parâmetros e referências importantes para regulamentar os serviços.

Considerando sua complexidade e importância, a implementação do acolhimento em Família Acolhedora exige articulação e esforço político: o município precisa destinar

orçamento para tal, divulgar o trabalho, formar a rede de assistência social e encabeçar sua execução, direta ou indiretamente.

Em alguns casos, como o do IFH, o serviço de acolhimento em famílias acolhedoras foi executado com recursos próprios da organização. Apesar dessa iniciativa partir da sociedade civil, sua operacionalização sempre envolveu uma parceria técnica com os serviços da assistência social, da educação, saúde e Vara da Infância e Juventude. No entanto, a execução de um serviço de acolhimento necessita de grande investimento financeiro e, dessa forma, sua sustentabilidade a longo prazo exige que o poder executivo o inclua em seu orçamento, executando-o diretamente ou conveniando organizações sociais que comprovem capacidade de executá-lo.

Uma rede que desconheça o acolhimento familiar pode atrapalhar ou retardar encaminhamentos necessários. Técnicos de CRAS e CREAS, órgãos da assistência responsáveis pelo trabalho com as famílias das crianças que estão em risco de perder ou que já perderam o convívio com seus filhos, precisam entender o funcionamento do serviço para que o trabalho em rede esteja alinhado com a política pública. Juízes, técnicos do judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública também precisam conhecer o serviço para garantir o direito das crianças e adolescentes serem prioritariamente acolhidos em serviços de acolhimento familiar. Profissionais da educação e da saúde também devem ser informados sobre o trabalho quando estiverem envolvidos em algum acolhimento. Apenas com a integração de todas essas áreas e saberes será garantido o melhor interesse de cada criança.

A EXPERIÊNCIA DO IFH

Em 2015, na cidade de São Paulo, frente a um cenário com 170 serviços de acolhimento institucional e apenas um familiar¹⁵ (sem convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), o IFH decidiu encerrar o

¹⁵. Realizado pela ABBA. Para saber mais, acesse abbabrasil.com.br

programa de qualificação do acolhimento de bebês em instituições¹⁶. Mesmo sabendo que muitas crianças pequenas ainda estão em serviços institucionais e necessitam de cuidados particulares nesse contexto, foi necessário levantar uma nova bandeira a favor do acolhimento de crianças em Famílias Acolhedoras e contrária à institucionalização da primeira infância. Lugar de criança é em uma família, não em instituição.

A equipe buscou então diversas referências brasileiras e internacionais para apoiar e construir um trabalho de qualidade. Pesquisou, leu, esteve em congressos e seminários e conversou com muitas equipes de serviços de acolhimento já em andamento¹⁷. A partir das experiências já existentes, construiu sua proposta de trabalho e se dispôs a compartilhá-la com a rede paulistana, que na época desconfiava e pouco conhecia sobre o acolhimento familiar.

As primeiras reuniões foram com a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social e com a Juíza da Vara da Infância e Juventude do Fórum Central, com quem o IFH já dialogava e onde hoje tramitam os processos das crianças acolhidas. Depois, foram realizadas reuniões com o CREAS da Sé e outras organizações do terceiro setor para o alinhamento da proposta e o estabelecimento de parcerias.

O passo seguinte foi a organização da estrutura do serviço, dos protocolos de comunicação internos e externos, a construção da metodologia de mobilização, avaliação, qualificação e acompanhamento das famílias acolhedoras, bem como do trabalho psicossocial a ser realizado com a criança e sua família. Com tudo isso organizado e bastante frio na barriga, o primeiro acolhimento aconteceu em maio de 2016. Até hoje, 34 crianças já passaram pelo serviço e voltaram para suas casas ou foram adotadas com a certeza de que tiveram seus direitos respeitados.

16. Programa Palavra de Bebê. Para ter acesso às publicações e trabalho realizado, acesse fazendohistoria.org.br/publicacoes/

17. A maior referência estudada e grande inspiração para o trabalho foi o Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente (SAPECA), de Campinas. Para saber mais, acesse sapecta.campinas.sp.gov.br/

Seleção da equipe

Seguindo critérios estabelecidos pelas Orientações Técnicas, a equipe de um serviço de Famílias Acolhedoras deve ser composta por 1 coordenador e dois técnicos, psicólogo e assistente social, que acompanham até 15 famílias de origem e 15 famílias acolhedoras. A carga horária costuma ser de 40 horas para coordenador e 30 horas para os técnicos.

Os profissionais que farão parte dessa equipe devem ter determinados conhecimentos, habilidades e competências ou capacidade de desenvolvê-las. É preciso conhecer a política do acolhimento e a função do serviço de famílias acolhedoras, saber trabalhar em equipe, comunicar-se bem, coordenar reuniões, construir instrumentais, registrar e avaliar o trabalho.

Além disso, é fundamental ser empático e disponível para se vincular afetivamente e escutar de forma respeitosa as crianças e famílias envolvidas. É preciso mediar conflitos, ser flexível e ter capacidade de identificar concepções pessoais, evitando que interfiram no trabalho. Trabalhar com pessoas e em um serviço de acolhimento exige compreender comportamentos a partir das histórias pessoais e familiares de cada um, tolerar e aceitar valores e vivências diferentes das próprias. Faz parte da atuação diária entrar em contato com repertórios culturais, opções sexuais, práticas religiosas e aspirações diversas. É necessária uma postura ética que não desqualifique o que é diferente e não desvalorize histórias com as quais não estamos familiarizados.

É função de toda equipe de um serviço de acolhimento identificar nas crianças e seus familiares possibilidades, habilidades e potências, mesmo que ainda pouco desenvolvidas e olhadas, trabalhando para que se evidenciem.

Funções de cada membro da equipe

Segundo as 'Orientações Técnicas – Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes', são funções da equipe de um serviço de acolhimento familiar:



Coordenador/a:

- Gestão e Supervisão do funcionamento do serviço;
- Organização da divulgação do serviço e mobilização das famílias acolhedoras;
- Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos;
- Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias;
- Articulação com a rede de serviços;
- Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

Técnicos:

- Acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento e supervisão das famílias acolhedoras;
- Articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos;
- Preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar;
- Acompanhamento das crianças e adolescentes;
- Organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual;
- Encaminhamento e discussão/planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios, com frequência bimestral ou semestral, sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção.

A EXPERIÊNCIA DO IFH***Coordenação é responsável pela:***

- Gestão do trabalho técnico: acompanhamento e avaliação do trabalho da equipe técnica, discussão de casos e avaliação dos processos.
- Representação institucional do serviço: elaboração de documentos internos e externos, articulação inicial com serviços da rede (assistência social, saúde, educação) e com o judiciário, construção de espaços de trocas com outros serviços.
- Seleção e qualificação das famílias acolhedoras: divulgação do serviço, realização de palestra, encontro de apresentação, entrevistas, encontros de qualificação e definição dos selecionados.
- Supervisão grupal das famílias acolhedoras: organização da participação de especialistas nos encontros temáticos, coordenação e mediação dos encontros, avaliação semestral ou anual das famílias sobre o serviço.
- Supervisão individual das famílias acolhedoras: visitas domiciliares e suporte remoto (via telefone ou grupo de whatsapp) sempre que necessário.
- Articulação com a rede de serviços e com o Sistema de Garantia de Direitos.
- Contato, alinhamento e acompanhamento de possíveis estagiários.

Serviço Social é responsável pela:

- Abertura de prontuários, elaboração de documentos internos e externos para o acompanhamento de cada caso.
- Articulação das providências necessárias em relação aos encaminhamentos e documentos das crianças acolhidas.
- Articulação com o judiciário: definição e organização dos acolhimentos, discussão de caso, envio de relatórios, ofícios e PIAs (Plano Individual de Atendimento).
- Orientação para as famílias acolhedoras em relação aos cuidados com cada criança.

- Busca ativa pelas famílias de origem e/ou extensas e mapeamento do território de cada uma delas.
- Mobilização e convocação da rede de serviços para discussão e planejamento de intervenções com a criança e suas famílias.
- Apoio a cada família de origem e/ou extensa através de encontros de acolhimento na sede, visitas domiciliares, acompanhamento aos serviços da rede durante e após a saída do serviço.
- Acompanhamento das visitas das famílias de origem/ou extensas às crianças.
- Preenchimento e envio da planilha de acolhidos à Vara de Infância e Juventude e demais órgãos que fizerem essa solicitação.
- Contato, alinhamento e acompanhamento de estagiários da área.

Psicologia é responsável pela:

- Abertura de prontuários, elaboração de documentos internos e externos para o acompanhamento de cada caso.
- Articulação com o judiciário: definição e organização dos acolhimentos, discussão de caso, envio de relatórios, ofícios e PIAs (Plano Individual de Atendimento).
- Orientação para as famílias acolhedoras em relação aos cuidados com cada criança.
- Acompanhamento médico e terapêutico das crianças.
- Supervisão individual das famílias acolhedoras e suporte frente às demandas que apresentam de forma remota (telefone ou pelo whatsapp) e presencialmente.
- Apoio a cada família de origem e/ou extensa através de encontros de acolhimento na sede, visitas domiciliares, acompanhamento aos serviços da rede durante e após a saída do serviço.
- Supervisão dos voluntários que realizam o grupo com as crianças acolhidas enquanto as famílias acolhedoras estão reunidas em supervisão.

Capacitação inicial e formação continuada da equipe técnica

Para garantir que essas funções sejam executadas com qualidade, é necessário oferecer uma capacitação sobre os parâmetros legais e as especificidades do acolhimento familiar¹⁸. Essa formação inicial pode ser feita pelo próprio coordenador do serviço ou por algum profissional contratado que tenha experiência na área e conheça as peculiaridades do serviço. A partir da sua experiência, a equipe do IFH organizou 6 encontros de capacitação inicial para os profissionais que executarão um serviço de acolhimento familiar. Dentre os temas a serem tratados nesses encontros, estão:

- ***Caracterização do acolhimento familiar e do papel da família acolhedora;***
- ***Construção dos critérios esperados para avaliação do perfil das famílias acolhedoras;***
- ***Princípios e metodologias;***
- ***O trabalho com famílias de origem e com histórias de vida;***
- ***Vínculo e desenvolvimento da criança;***
- ***Reflexão sobre as circunstâncias que possibilitam uma separação reparadora e estruturante, ao invés de traumática;***
- ***Reflexão sobre os aspectos que podem garantir uma experiência saudável de separação e luto.***

Assim como a capacitação inicial, a formação continuada da equipe é fundamental. Organizar uma supervisão semanal ou quinzenal prestada por um profissional externo é uma prática que beneficia a qualidade do serviço, uma vez que cada membro da equipe pode compartilhar suas dúvidas e angústias, pensar no próprio papel, rever sua atuação e melhorá-la a partir das reflexões realizadas nesse espaço. Supervisões mensais costumam gerar menos efeito pois essa regularidade não oferece tempo e continuidade suficientes para cada um se aprofundar em sua atuação, trazer suas questões e pensar conjuntamente sobre as ações.

¹⁸. A equipe do IFH construiu encontros de capacitação inicial para profissionais que executarão um serviço de acolhimento familiar. A descrição desses encontros se encontra no ANEXO 1.

A participação em formações e seminários também é uma boa forma de reciclagem e qualificação, de conhecer outras realidades e iniciativas, entrar em contato com outros serviços que trabalham na mesma realidade.

Por fim, reuniões semanais entre equipe técnica e coordenador permitem compartilhar fatos, impressões e sentimentos, discutir casos considerando todas as informações disponíveis e observações realizadas, definir estratégias alinhadas de atuação para bem acolher cada criança e sua família.

Articulação da rede e fluxo de atendimento

Assim como todo serviço de acolhimento, o Famílias Acolhedoras é uma política pública que deve estar articulada com a rede de atendimento à criança e sua família para garantir o seu fortalecimento dentro do território. De acordo com as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (BRASIL, 2011, p.63),

“(...) a articulação na rede socioassistencial se traduz por meio de conexões entre as Unidades do SUAS para que, de forma complementar e continuada, possam atender às demandas dos indivíduos e famílias. Nesse sentido, recomenda-se a definição de fluxos para o relacionamento entre essas Unidades, com vista ao atendimento integrado, evitando a fragmentação e/ou a sobreposição das ações. A adoção de fluxos deve subsidiar a prática cotidiana de encaminhamentos e relacionamento entre as Unidades do SUAS no acompanhamento a famílias e indivíduos. Para potencializar esta articulação podem ser utilizadas diversas estratégias, a exemplo de reuniões entre instituições da rede, capacitações comuns e realização de eventos para a integração entre as equipes”.

Sempre que uma demanda da criança ou sua família ultrapassa a competência do serviço, é preciso acionar outros equipamentos da rede, visando o acesso a programas e benefícios socioassistenciais, políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Esses encaminhamentos são monitorados e acompanhados pela equipe para garantir a efetivação do atendimento.

Nos espaços de discussão entre os serviços, o plano de atendimento relativo à família é acordado, os combinados são descritos no PIA (Plano Individual de Atendimento) para encaminhamento à Vara da Infância e Juventude 30 dias após o acolhimento e com atualização a cada três meses. Quando verificada a possibilidade de reintegração familiar ou necessidade de destituição do poder familiar, o Serviço comunicará a autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público para decisão do caso.

Após a reintegração, a família é acompanhada pelo prazo de seis meses, de forma a ter suporte para o cumprimento de suas funções de cuidado e proteção, apoiando sua autonomia e evitando a reincidência do acolhimento. Tal acompanhamento será feito em parceria com o CRAS, CREAS e/ou outros serviços da rede local.

O Projeto Político-Pedagógico – PPP

“Para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e aos adolescentes, os serviços de acolhimento deverão elaborar um Projeto Político-Pedagógico (PPP), que deve orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao funcionamento interno quanto a seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade. Sua elaboração é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, de modo a envolver toda a equipe do serviço, as crianças, os adolescentes e suas famílias. Após a elaboração, o Projeto deve ser implantado, sendo avaliado e aprimorado a partir da prática do dia a dia” (Brasil, 2009, p. 43).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que condensa, organiza e registra o histórico da organização, os princípios, objetivos e procedimentos adotados cotidianamente pelos profissionais do serviço. Um bom ponto de partida para iniciar a elaboração do PPP é discutir com a comunidade institucional o que se espera do serviço de acolhimento familiar, o que se propõe e quais ações são necessárias para o cumprimento do direito à saúde, à cultura, à moradia, à educação, e à convivência familiar e comunitária.

Além de contemplar as diretrizes propostas como políticas públicas para o acolhimento, o PPP deve expressar o que há de singular em cada serviço, aquilo que constitui sua

identidade, o ambiente afetivo. O projeto que o serviço vai desenvolver para orientar seu trabalho deve considerar seu contexto social, mapeamento geográfico, quadro de funcionários, recursos disponíveis e principalmente sua história. Por isso, não se trata de copiar modelos prontos.

A construção do PPP é uma oportunidade para recuperar a origem do serviço – por quem, como e por qual motivo foi criado. Considerar o passado, a origem e os acontecimentos significativos dessa história é fundamental para a manutenção, problematização ou transformação de um projeto. O histórico da organização pode se tornar desconhecido devido ao intenso fluxo de profissionais e à escassez de registros e documentação. Resgatar o passado é importante para compreender e transformar dinâmicas estabelecidas.

Além da descrição dos cargos, o PPP deve apresentar as habilidades, competências esperadas e o procedimento de seleção de todos os profissionais. Embora existam características comuns ao exercício de alguns cargos, os serviços de acolhimento têm particularidades e singularidades que devem ser levadas em conta na escolha dos profissionais que irão fazer parte de seu quadro de funcionários. O mesmo vale para o processo de formação e seleção das famílias acolhedoras.

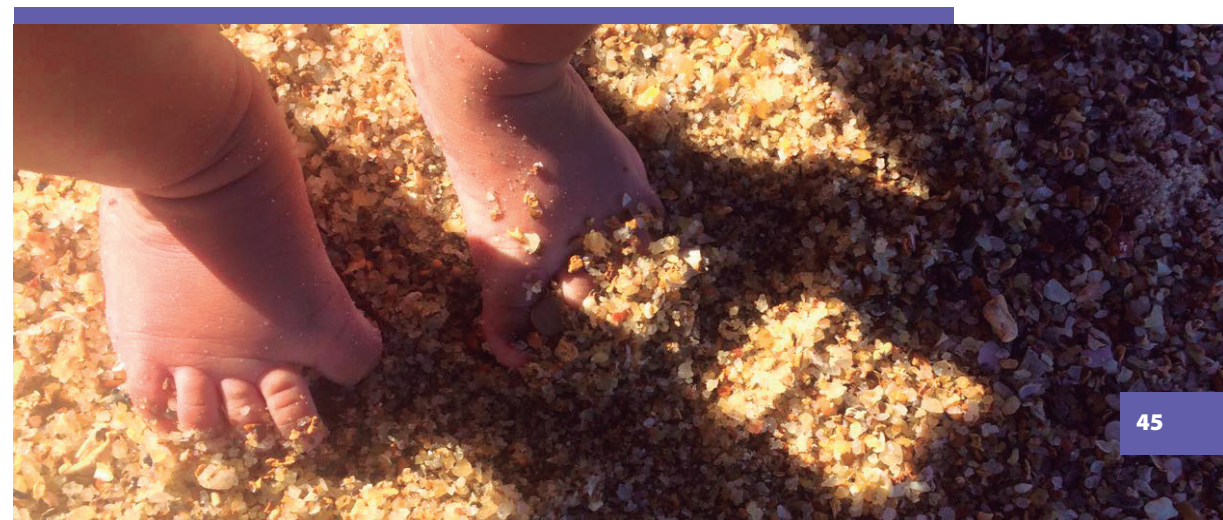
Os procedimentos pelos quais as crianças passam, desde a sua chegada ao serviço até o seu retorno à família, também são registrados nesse documento. Sem dúvida, na perspectiva da singularidade do atendimento, o PPP deve estar intimamente relacionado com os planos individuais de atendimento, os PIAS. A esfera coletiva, abordada pelo PPP, não deve entrar em choque com as necessidades de cada criança ou adolescente.

Outro fator a se considerar no PPP é o fluxo do atendimento e a articulação com outros serviços que compõem o sistema de garantia de direitos. Nesse sentido, o PPP deve encontrar ressonância não apenas em suas equipes técnicas e famílias acolhedoras, mas também nos conselheiros da organização ou no grupo gestor mantenedor. Muitas vezes, esses atores representarão o

serviço em diversos espaços da rede, sendo importante que falem a mesma língua para garantir uma representatividade efetiva.

Vale ressaltar a importância do debate constante acerca do conteúdo do Projeto Político-Pedagógico com técnicos e famílias acolhedoras, atribuindo assim um caráter dinâmico ao documento e promovendo um debate regular sobre a metodologia adotada e seus sentidos.

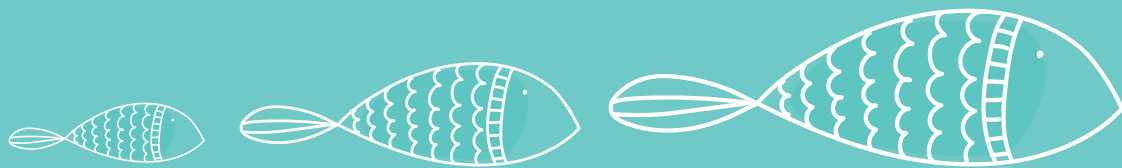
A construção contínua do PPP contempla, portanto, métodos participativos de monitoramento e avaliação do atendimento prestado pelo serviço. Os métodos incluem todos os envolvidos com a serviço: famílias acolhedoras, técnicos, famílias de origem, crianças e adolescentes, outros profissionais e voluntários, durante o acolhimento e após o desligamento. Para aprimorar a qualidade de atendimento, o serviço deve ser constantemente avaliado e monitorado por seus atores executores e usuários. O monitoramento sistemático serve para corrigir rotas e alterar ações quando estas se mostram ineficientes. É necessário criar canais de comunicação através dos quais seja possível escutar o que os beneficiários têm a dizer, incluindo críticas. Entrevistas, rodas de conversas com crianças e adolescentes, rodas de conversas com familiares, pesquisa de satisfação, acompanhamento pós-desligamento são algumas das formas de monitorar e avaliar o PPP.



O trabalho com as **Famílias Acolhedoras**

“Nunca duvide de que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e engajados consiga mudar o mundo. Na verdade, essa é a única via que conseguiu produzir mudanças até agora.”

(Margaret Mead)



2.1 Ser família acolhedora

As famílias acolhedoras representam a equipe estendida do serviço de acolhimento, parceiras ativas na construção do trabalho, tanto na execução do cuidado com a criança, quanto no acolhimento de sua história familiar. Sempre que possível e favorável, são incluídas em tudo o que diz respeito à criança, como tratamentos médicos, escolarização, processo judicial e encontros com as famílias de origem, extensa e/ou adotivas. Nos casos em que isso não é indicado, a equipe do serviço assume integralmente essas atribuições.

O papel da família acolhedora é tão importante que sua seleção deve ser cuidadosamente planejada e executada. Motivações e dúvidas iniciais são o ponto de partida dessa seleção. Os primeiros questionamentos que costumam surgir de quem ouve falar pela primeira vez nesse serviço são: a criança vai estar em uma família e depois se despedir? Não é pior para ela? Como desapegar de uma criança que você cuidou tão intensamente? Não é melhor adotá-la?

Ser uma família acolhedora não é mesmo tarefa para qualquer um. Ter filhos ou cuidar de crianças não garante que tenha perfil para participar do serviço. O trabalho tem objetivos claros, regras, especificidades, necessidades, estrutura e demandas que nem todos conseguem cumprir. Justamente por isso, critérios objetivos e subjetivos devem ser levados em consideração no processo de mobilização, qualificação, seleção e acompanhamento das famílias.

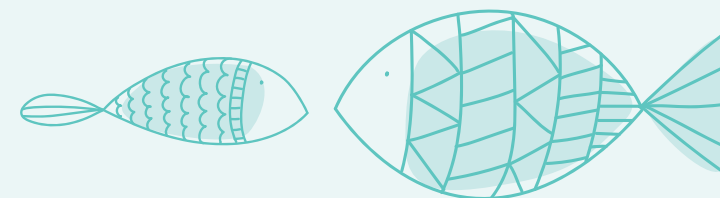
Critérios objetivos

- Homens e mulheres maiores de 25 anos, com rede de apoio familiar.
- Não ter o próprio nome ou do cônjuge no cadastro nacional de adoção.
- Concordância dos outros membros da família na participação no serviço.
- Residir na cidade do serviço ou em alguma cidade vizinha, de acordo com a legislação municipal, por no mínimo 2 anos.

- Não ter antecedentes criminais, comprometimento psiquiátrico e dependência alcoólica ou de substâncias psicoativas.
- Disponibilidade de tempo para os cuidados com a criança e para as demandas de acompanhamento do serviço.
- Compromisso com a função de proteção até o encaminhamento da criança para família de origem ou adotiva.

Critérios subjetivos

- **Clareza do papel e consciência da situação da criança:** importante o reconhecimento da provisoriedade desse cuidado e entendimento de que a criança não se tornará um membro da família, de modo que a futura separação não gere instabilidade emocional.
- **Disponibilidade para vivenciar experiências de luto:** importante avaliar os recursos que a família apresenta para lidar com a despedida e a separação da criança.
- **Clareza em relação à motivação:** desejo de se engajar em um projeto social e não o desejo, consciente ou não, por filhos biológicos ou adotivos.
- **Disponibilidade em seguir regras e se submeter às leis:** é imprescindível compreender que o acolhimento é uma Política Pública e que, portanto, a atuação como família acolhedora está submetida a leis e parâmetros nacionais de proteção à infância. Além disso, a família acolhedora é acompanhada e orientada pela equipe do Serviço de Acolhimento, o que exige abertura e trabalho em parceria.
- **Respeito às diferenças sociais, religiões ou crenças, diferenças raciais, orientações sexuais, entre outras:** a família deve ter consciência dos seus preconceitos e ser tolerante à diferença.



“**A** colher uma criança é uma forma de amor indescritível. Não sabemos nem se a criança conhecerá nossa existência no futuro. Mas colocamos nosso coração e nossa alma para que aquele pequeno ser esteja e fique bem. E essa criança não sabe, e talvez nunca saiba, que a cada sorriso reconhecendo nossa voz, a cada nova descoberta e a cada demonstração de que eles estão confiantes e seguros entendemos o sentido do nosso papel.”
(Camila – família acolhedora)

2.2 Mobilização das famílias acolhedoras

O primeiro passo é divulgar a oportunidade à sociedade civil. Neste momento inicial, não há necessidade de detalhar as informações, e sim comunicar a ideia e atrair as pessoas, para que posteriormente, em uma palestra de apresentação, os principais esclarecimentos sejam realizados. A linguagem nos materiais de divulgação deve ser acessível, clara e convidativa, comunicando o conceito do acolhimento familiar (que serviço é este, para quem e por quê), oferecendo informações sobre a palestra de apresentação (data, hora e local) e dados para a inscrição (e-mail, telefone, site).

A divulgação deve ser feita de forma ampla e irrestrita – as famílias em potencial circulam por muitos lugares! – através da internet e mídias sociais (e-mail, Facebook, Instagram, whatsapp), o que não costuma ter custos; o engajamento da equipe e parceiros através de “curtidas”, compartilhamentos, encaminhamento e postagens possibilita atingir um

número maior de pessoas. Outras estratégias de divulgação podem contribuir, como a distribuição de flyers e fixação de cartazes em locais de grande circulação de pessoas, anúncios em jornais, revistas, rádio e televisão.

Texto de divulgação utilizado pelo IFH:

LUGAR DE CRIANÇA É EM FAMÍLIA – ACOLHA ESSA IDEIA E SEJA UMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

O Instituto Fazendo História procura famílias que abram suas casas para receber, temporariamente, crianças que aguardam uma decisão judicial e precisam de um ambiente seguro, afetivo e saudável para se desenvolver durante esse período.

Se você e sua família têm desejo e disponibilidade afetiva para transformar a vida de uma criança, entre em contato conosco!

Acesse www.fazendohistoria.org.br,
leia mais e se cadastre.

Para tirar suas dúvidas, escreva para
contato@fazendohistoria.org.br ou ligue no
(11) 3021-9889.

**TRABALHAMOS PELA NÃO INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA PRIMEIRA INFÂNCIA! JUNTE-SE A NÓS, APOIE
ESSA CAUSA!**

2.3 Qualificação e seleção das famílias acolhedoras

Um passo por vez!

A seleção mais interessante é aquela que ocorre naturalmente, a partir da compreensão das pessoas interessadas a respeito de sua vontade e possibilidade de assumir a função de família acolhedora. A existência de várias etapas facilita este processo, permitindo que a cada encontro haja uma nova escolha de seguir com o projeto. Os participantes devem ter clareza que, até que se faça o primeiro acolhimento, nenhuma etapa é definitiva. Isso é importante para que eles fiquem confortáveis com a ideia de que esta decisão será tomada com o tempo e a tranquilidade necessárias, tendo em vista o comprometimento exigido.

As famílias que manifestam interesse em participar do serviço de acolhimento passam pelas seguintes etapas:

Palestra de apresentação (3 horas): costuma participar um público variado – profissionais da rede, estudantes com interesse no tema, técnicos do judiciário, pessoas interessadas em ser uma família acolhedora e apenas curiosos. São abordados, de forma introdutória, os seguintes temas: a realidade do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, os parâmetros legais para execução deste serviço, a modalidade de família acolhedora dentro da Política de Assistência Social, as circunstâncias que levam ao acolhimento de crianças e as implicações para o seu desenvolvimento, o processo de seleção e qualificação de famílias acolhedoras e o trabalho desenvolvido. São lidos um ou mais depoimentos de famílias acolhedoras para dar vida ao encontro. Quem se interessa é convidado para a etapa seguinte.

Encontro de apresentação (3 horas): são retomados e aprofundados os principais pontos abordados na palestra anterior, bem como apresentado o

trabalho em rede realizado por um serviço de acolhimento. Após ouvir e tirar dúvidas, são realizadas duas dinâmicas¹⁹ para conhecer cada participante e sua motivação. Quem permanece interessado, segue para a próxima fase.

Cadastro e análise de documentos: os interessados preenchem uma ficha cadastral²⁰ ao final do encontro de apresentação e enviam à equipe do serviço junto com os seguintes documentos: RG, certidão de casamento (quando houver), certidão negativa de antecedentes criminais, comprovante de residência, comprovante de renda ou vínculo empregatício.

Entrevista familiar: são feitas duas entrevistas, sendo ao menos uma delas na residência da família. Na primeira são tratadas questões pertinentes às motivações de cada membro da família e às histórias individuais e familiares. Na segunda são levantadas questões que se destacaram até o momento para analisar de forma mais profunda as potencialidades e fragilidades de cada família na realização de um acolhimento e desligamento de qualidade. As entrevistas são uma oportunidade de preparação e qualificação, precisam deixar a família à vontade para que receios, dúvidas e aspectos íntimos do seu funcionamento possam vir à tona. A entrevista na residência da família possibilita maior compreensão da dinâmica familiar e do ambiente da casa - é aconchegante, iluminada, arrumada? Como o espaço está organizado? Onde a criança dormiria? São observações valiosas que podem complementar a visão da equipe.

Questões norteadoras da primeira entrevista:

- Como você conheceu o Serviço Famílias Acolhedoras?
- O que te motiva a ser uma família acolhedora?
- Como você descreve esse momento da sua vida? E da sua família?
- O que a experiência de ter uma criança temporariamente na sua casa pode trazer para você? E para sua família?

19. Ver ANEXO 2
20. Ver ANEXO 3

- E o que você pode oferecer à criança?
- O que você imagina que pode levar uma família a não ser capaz de cuidar do seu filho?

Sobre a história de vida...

- Na história da sua família nuclear ou extensa, há alguma experiência de adoção ou similar a uma família acolhedora?
- Como foi sua infância?
- Quais eram as suas referências de cuidado?
- Como era a sua família? E o ambiente afetivo da sua casa?
- E a sua família atual, como tudo começou? Conte-nos a história desta família.
- Fazem ou já fizeram terapia?
- Você sofreu alguma perda recentemente (separação, afastamento do trabalho)?
- Você já sofreu algum aborto ou perdeu um filho?

Primeira devolutiva: todas as famílias recebem um retorno da equipe do serviço sobre a primeira etapa de seleção realizada até aqui. Nessa devolutiva, os participantes saberão se continuam ou não no processo de qualificação. Quando são identificados aspectos que inviabilizam a continuidade, a equipe do serviço deve esclarecê-los de forma honesta, delicada e acolhedora junto à família, justificando o encerramento de sua participação.

Preenchimento de questionário: as famílias que permanecem no processo respondem um questionário²¹ para detalhar sua estrutura, organização, rotina, dinâmica, cultura familiar e o espaço físico de sua casa.

Encontros de qualificação: são 6 encontros temáticos com duração de 3 horas cada, 2 vezes por semana, por 3 semanas consecutivas. Essa distribuição

21. Ver ANEXO 4

também pode ser semanal, aumentando o tempo dessa fase. Nesses encontros é aprofundada a discussão sobre a realidade do acolhimento familiar, de forma teórica e vivencial, permitindo que as famílias se apropriem do assunto e se empoderem do papel que irão assumir. Os temas abordados em cada encontro são: 1) conhecendo o acolhimento familiar – o papel de cada um; 2) famílias e famílias; 3) laços e rupturas; 4) vínculo e desenvolvimento; 5) histórias de vida; 6) construindo o acolhimento familiar²².

A avaliação é parte importante da formação e é realizada ao final de cada encontro com perguntas que abordam o conteúdo e o formato dos encontros. Essencial para aprimorar a prática e conhecer as famílias ao longo do processo!

Algumas orientações sobre os encontros de qualificação:

- Apesar de cada encontro ter um tema específico, eles são complementares e realizados na ordem descrita.
- Cada tema perpassa os demais, sendo aprofundado em dia específico, mas discutidos durante os 6 encontros.
- No início de cada encontro, os participantes compartilham o que foi mais marcante no encontro anterior.
- A periodicidade de dois encontros por semana visa o fortalecimento da integração do grupo, além da continuidade e articulação entre os assuntos abordados.
- Cada participante pode se ausentar no máximo em um dos seis encontros, sendo que dois membros da mesma família não podem se ausentar no mesmo dia. Ao menos um membro da família deve estar presente em todos os encontros.

22. Ver ANEXO 5

- É fundamental levar ao grupo referências teóricas que embasam o que é discutido e vivenciado na prática.
- Os encontros são vivenciais, reflexivos e mobilizadores de sensações e sentimentos pessoais e familiares. A equipe deve estar atenta a como determinado assunto toca cada participante e cada família, levando em conta aquilo que pode interferir nos cuidados oferecidos à criança.

“O processo de formação é fundamental! Resignificamos várias experiências vividas de maneira que me sinto muito mais “aberta”, disponível e com um olhar mais cuidadoso sobre o outro. A discussão de temas tão presentes no nosso cotidiano faz com que essa reflexão e aprendizado reverbere fortemente em nosso dia a dia!” *(Lie – família acolhedora)*



Detalhes fazem a diferença!

Um ambiente confortável e privado, em que os participantes se sintam à vontade para compartilhar suas opiniões e dúvidas, é fundamental. O cumprimento do horário de início e término favorece o clima respeitoso entre todos os integrantes. Sugerimos fazer intervalos entre as atividades.

Fique atento.

É preciso estar atento a tudo que os candidatos demonstram. Uma pergunta, uma reação ou um atraso podem dizer muita coisa! Cada detalhe dá subsídios tanto para a seleção, como para o futuro acompanhamento da família acolhedora. Registrar essas impressões é uma prática importante para que não se percam com o tempo.

Encontros com os filhos das famílias acolhedoras: são realizadas conversas individuais ou em grupo para compreender como se sentem diante do acolhimento familiar e ajudá-los a entender do que se trata. É importante também perceber como os pais lidam com os sentimentos dos filhos e dar apoio para que consigam lidar com possíveis reações desafiadoras, como ciúmes ou rivalidade.

Nossas filhas aprenderam a amar sem limites e também aprenderam a desapegar quando chegou o momento de dizer adeus. Nós pensamos que é uma maneira incrível de aprender as emoções – amor, felicidade, tristeza, saudade.”
(Jaime e Timothy – família acolhedora)

O acolhimento é tipo um jogo de videogame, ele só vai mudar de fase. Primeiro o bebê vem pra essa fase, depois ele vai para outra fase.” (Rafael, 13 anos – família acolhedora)

Devolutiva final: após todo processo de qualificação, é realizada uma conversa com cada família sobre o processo vivenciado. Se a família estiver habilitada para acolher, é construído junto com ela um **perfil de acolhimento**²³ para identificação de critérios que organizam o trabalho: disponibilidade para viabilizar os encontros da criança com sua família de origem aos finais de semana e/ou durante a semana; disponibilidade para receber uma criança em condições de maior fragilidade de saúde (podendo demandar tempo, recursos e envolvimento emocional); necessidade de receber uma criança com idade prevista para inserção em unidade escolar.

E se eu me apegar?

Um criança não pode ser cuidada sem carinho e afeto verdadeiro. O apego é fundamental para o estabelecimento do vínculo, imprescindível para o desenvolvimento saudável. Quando as famílias têm clareza do próprio papel – ofertar cuidado temporário a crianças que não são seus filhos e voltarão para suas famílias ou serão adotadas – o vínculo é entendido como necessário para o trabalho. A verdade é que a família vai se apegar e, apesar da dor da despedida, a alegria da missão cumprida e da relação construída será ainda maior.





A EXPERIÊNCIA DO IFH

A equipe do IFH realizou, entre 2016 e 2019, 5 ciclos de formação de famílias acolhedoras e percebeu que o processo de qualificação e seleção funciona como um funil. Aprendemos que temos que captar um número grande de interessados para a palestra de apresentação, pois, ao longo do tempo e com maior clareza sobre o serviço, muitos optam por não continuar e outros não possuem o perfil necessário para se tornarem famílias acolhedoras.

No quadro a seguir é possível observar que o número de participantes diminui consideravelmente conforme progride o processo de qualificação:

PROCESSO	PALESTRAS DE APRESENTAÇÃO	ENCONTROS DE APRESENTAÇÃO	ENTREVISTAS	ENCONTROS DE QUALIFICAÇÃO	FAMÍLIAS APTAS AO ACOLHIMENTO
1°	71 pessoas	18 pessoas	6 famílias	3 famílias	2
2°	83 pessoas	30 pessoas	12 famílias	12 famílias	8
3°	25 pessoas	11 pessoas	5 famílias	3 famílias	1
4°	49 pessoas	23 pessoas	17 famílias	5 famílias	4
5°	45 pessoas	28 pessoas	14 famílias	8 famílias	6



2.4 Início do acolhimento

Terminado o processo de qualificação, as famílias selecionadas passam a frequentar os encontros quinzenais de supervisão em grupo com as famílias veteranas, tendo a chance de participar das discussões sobre experiências concretas e de aprofundar seu conhecimento sobre a realidade do acolhimento. Após um mês verifica-se novamente a disponibilidade para acolher e são enviadas as documentações à Vara da infância e Juventude para formalização da adesão da família ao serviço de acolhimento (documentos pessoais da família, comprovante de endereço, antecedentes criminais e comprovante de renda). **Pronto, as famílias podem organizar a casa e aguardar! Dentro de algum tempo, chegará uma criança para acolher.**

Saiba mais

A família acolhedora assume a **guarda provisória da criança**, vinculada à sua permanência no serviço, mediante determinação judicial, enquanto a equipe do serviço e a rede trabalham pela reintegração à convivência familiar ou encaminhamento para adoção.

A família acolhedora assina um **termo de adesão**²⁴, que esclarece as normas, obrigações e o compromisso assumido. Cada família recebe, durante o período em que estiver acolhendo, uma **bolsa auxílio mensal**, no valor de um salário mínimo, para os gastos básicos com a criança.

2.5 Acompanhamento das famílias acolhedoras

Para cada família acolhedora é feito um prontuário (físico e virtual) com dados cadastrais e documentação da família, termo de adesão, cópia do documento de guarda da

24. Ver ANEXO 7

criança, registro de dados sobre o processo de seleção, qualificação e o acompanhamento realizado durante o período de acolhimento.

Além da formação e seleção criteriosa, o acompanhamento sistemático, grupal e individualizado, é o que permite a elaboração das experiências, o reconhecimento dos sentimentos mobilizados e a retomada do papel da família acolhedora sempre que for necessário. O acompanhamento contínuo das famílias acolhedoras garante a qualidade do trabalho realizado pelo serviço de acolhimento.

Supervisão em grupo quinzenal e **supervisão individual** mensal (ou de acordo com a necessidade de cada caso) compõem uma boa maneira de acompanhar as famílias acolhedoras. Ambas as supervisões podem ser feitas na sede do serviço e a individual pode também acontecer na casa das famílias acolhedoras.

Supervisão em grupo

As supervisões são quinzenais e se alternam entre encontros de acolhimento e encontros temáticos. Os **encontros de acolhimento** são um espaço de reflexão, apoio emocional e acompanhamento técnico. Neles as famílias acolhedoras falam sobre suas experiências, questões relacionadas ao cuidado com a criança, sentimentos que são mobilizados e emergem dessa relação, medos e expectativas. A equipe do serviço é mediadora desse diálogo e prioriza a troca entre o grupo.

Os **encontros temáticos** são planejados de acordo com as demandas e necessidades que surgem durante o acompanhamento das famílias acolhedoras, das crianças e suas famílias de origem. Eles contam com a participação de convidados especialistas para despertar discussões e reflexões sobre a atuação no serviço, sobre a realidade do acolhimento, sobre primeira infância e desenvolvimento integral.



A EXPERIÊNCIA DO IFH

A equipe do IFH constrói um grupo com cada família acolhedora no aplicativo whatsapp para acompanhamento do dia a dia da criança, troca de informações referentes ao seu desenvolvimento e acompanhamento do processo. Além disso, são realizados contatos frequentes via e-mail e telefone de acordo com a necessidade. Também criamos uma pasta de fotos no google para cada criança, facilitando seu armazenamento e compartilhamento. Por segurança, essa pasta pode ser acessada somente pela equipe do serviço de acolhimento e pela família acolhedora enquanto tiver a guarda da criança.

“A supervisão em grupo é extremamente rica pela troca de experiências, é um espaço onde as dificuldades são discutidas e trabalhadas com respeito e acolhimento e as conquistas são comemoradas por todo o grupo. Muitas vezes consigo escutar a minha voz na voz de outra pessoa do grupo e isso me ajuda a superar minhas dificuldades e melhorar meu papel como FA.”

(Márcia – família acolhedora)

A EXPERIÊNCIA DO IFH

A equipe do IFH já realizou encontros temáticos que geraram inúmeras reflexões, novos olhares e mudanças significativas de postura frente ao acolhimento das crianças e a questões contemporâneas. Foram alguns dos temas debatidos:

Racismo / Desenvolvimento Infantil / Uso de drogas na gestação e abstinência / Primeiros socorros / Conversa com o Judiciário / Transição da família acolhedora à família adotiva / Animais de estimação e crianças: como garantir um ambiente seguro / Luto na infância / O brincar na infância

Supervisão individual

As **supervisões individuais** acontecem mediante visita domiciliar à família acolhedora ou na sede do serviço de acolhimento. São encontros mensais, mas podem ocorrer com frequência maior se houver necessidade. São discutidas questões particulares de cada família, as circunstâncias de cada processo e feitas orientações acerca dos cuidados com a criança e seu desenvolvimento.

Esses encontros permitem ajudar cada família a aprofundar seu conhecimento sobre a primeira infância para que compreendam melhor a criança acolhida, reconhecendo sua singularidade e individualidade, a relação com a sua história de vida, a especificidade de cada fase do seu desenvolvimento. Ao longo desse processo, vai ficando mais clara para as famílias acolhedoras a necessidade de dialogar constantemente com a criança sobre seus desejos e angústias, sobre sua história passada e experiências vividas durante o acolhimento.

É também na supervisão individual que a equipe realiza a **avaliação pós-desligamento** junto à família acolhedora, resgatando aspectos significativos do período em que estiveram com a criança e do processo de despedida. Nesse momento, a equipe faz uma devolutiva de sua avaliação técnica e a família acolhedora apresenta os aspectos positivos e negativos do acompanhamento realizado pela equipe. Nessa conversa também é feita a revisão do perfil de acolhimento e discutida a perspectiva em relação a um futuro acolhimento (prazo, interesse e viabilidade). Caso seja necessário, é realizado mais de um encontro de avaliação após saída da criança.

“A supervisão individual é valiosíssima. O olhar profissional e ao mesmo tempo cuidadoso da técnica responsável pela família/bebê traz segurança e melhora pontos que às vezes não conseguimos enxergar por estarmos mergulhados nos cuidados diários. Em muitos momentos uma palavra e/ou uma avaliação de determinada situação, ameniza os pontos de dificuldade trazendo mais segurança e tranquilidade para que o trabalho aconteça com mais qualidade.” *(Márcia – Família Acolhedora)*

O trabalho com famílias de origem e pretendentes à adoção



*Algumas famílias são grandes
Algumas famílias são pequenas
Em algumas famílias, todos são da mesma cor
Em algumas famílias, todos são de cores diferentes
Nas famílias todos gostam de abraçar uns aos outros
Em algumas famílias, uns moram perto dos outros
Em algumas famílias, uns moram longe dos outros
Algumas famílias se parecem
Algumas famílias parecem seus animaizinhos de estimação
Algumas famílias adotam filhos
Algumas famílias têm duas mães ou dois pais
Algumas famílias têm só pai, ou só mãe
(O livro da família – Tood Parr)*

3.1 Famílias de origem

O trabalho com as famílias de origem exige escuta respeitosa e diálogo para que se sintam acolhidas e apoiadas, para construir, juntamente com elas, um plano de trabalho pautado tanto na identificação das possibilidades, necessidades e desejos individuais, quanto na responsabilização pelas escolhas e decisões.

Trabalhar com as famílias das crianças e dos adolescentes acolhidos em abrigos ou nas famílias acolhedoras implica compreender sua configuração, buscar suas competências e entender sua inserção na comunidade. O trabalho com essas famílias precisa favorecer a superação das questões, por vezes bastante complexas, que contribuíram para o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar. É importante compreender como as famílias estão vivenciando a situação de afastamento de seus filhos e potencializá-las para a retomada do convívio e exercício de seu papel de proteção e cuidados (BRASIL, 2009, p.54).

Quando uma criança ou adolescente encontra-se acolhido, há ou houve alguma situação delicada em seu seio familiar, na maioria das vezes articulada ao contexto de vulnerabilidade e desamparo social, que exigiu o afastamento provisório do ambiente familiar. No entanto, tais pessoas ocupam lugar central na vida e na identidade das crianças e adolescentes, independente da história familiar e do momento em que a família se encontra.

Certas vezes, o contexto que levou ao acolhimento provoca revolta, vergonha ou resistência nas crianças e adolescentes, e também nos profissionais, que correm riscos de desqualificar as famílias sem um entendimento global da situação que gerou o afastamento. Geralmente, a família encontra-se fragilizada, está socialmente vulnerável, com laços comunitários enfraquecidos ou rompidos e é considerada impossibilitada de cuidar de seus filhos. Ao mesmo tempo, as crianças e adolescentes podem se sentir responsáveis ou culpadas pela situação, especialmente se não encontram outras formas de entender e explicar o que gerou o seu afastamento do ambiente familiar. O motivo do acolhimento, portanto, deve ser de conhecimento de todos aqueles que têm vínculo com a criança ou adolescente, para que possam responder suas dúvidas e oferecer-lhe explicações claras e concretas sobre a situação, inclusive a partir de parâmetros legais.

O acompanhamento familiar prevê um diagnóstico psicossocial inicial e contínuo que garanta a definição e o direcionamento do trabalho. Através de entrevistas dirigidas ou em visitas domiciliares, é estabelecido um espaço de escuta e reflexão que permite compreender a história da família, o resgate e fortalecimento do vínculo familiar, e a construção de um Plano de Ação para a superação dos motivos que levaram ao acolhimento.

“O cuidado com a família é a marca desse trabalho. Ele é uma estratégia metodológica. Quando a equipe cuida das famílias acolhedoras, garante que estas cuidem das crianças. Quando cuidam das famílias de origem e extensas, trabalham para que haja o rompimento de ciclos marcados pela falta de cuidado. Este é o único caminho possível.” (Eliana Kawata – Chefe do Setor de Psicologia da Vara Central da Infância e Juventude de São Paulo)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) enfatizam que pobreza não é motivo para o acolhimento. Reforçam que todas as estratégias possíveis devem ser lançadas para evitar esta medida de proteção e promover a integração familiar, garantindo os direitos e o desenvolvimento saudável de todos os seus membros. Sendo assim, as intervenções não devem ser voltadas apenas para a criança; precisam estar centralizadas na família. É preciso considerar os recursos apresentados por cada um dos membros com o objetivo de valorizá-los e potencializá-los, elencando as ações necessárias para que a criança possa retornar ao convívio familiar com segurança.

Apesar de nossa legislação avançada, observa-se que nem sempre a rede de serviços tem êxito ao cumprir tais princípios e, muitas vezes, as famílias não contam com profissionais, serviços, programas, vagas ou recursos para superar suas dificuldades. As questões que as famílias enfrentam são produto de uma série de fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e psicológicos; os ciclos de violência, exclusão e desamparo não se rompem com facilidade e exigem investimentos de diversas ordens para que sejam superados.

Muitas vezes, nos deparamos com pais e mães que tiveram seus laços sociais e familiares rompidos, de forma que não podem contar com a ajuda de outros parentes. Muitos deles também sofreram algum tipo de abandono em sua trajetória e não dispõem de recursos e referências para oferecer cuidados adequados a seus filhos. São histórias que se repetem. É possível notar, de forma muito presente no discurso social, a culpabilização das famílias pela situação de extrema vulnerabilidade em que se encontram e que por vezes gera o acolhimento de suas crianças. Falas como “esta mãe abandonou o filho, não tem instinto maternal” ou “a avó não quis nem saber, preferiu deixar o menino no abrigo” refletem esta visão e tendem a criar ainda mais obstáculos para que as famílias se tornem potentes para desempenhar o seu papel de cuidado e proteção.

Em alguns casos, familiares dizem que não desejam assumir os cuidados e a responsabilidade sobre a criança e isso também precisa ser escutado e acolhido. É preciso, porém, cuidado para não confundir dificuldade com desinteresse. Qual chance damos para uma família tratada como incapaz?

As crenças e significados construídos pelos profissionais do serviço de acolhimento acerca das famílias de origem influenciam a relação entre estas e o serviço. Permeadas por desafios, vulnerabilidade social, violências, sofrimento e fragilidades, as histórias destes bebês, crianças e adolescentes acabam tocando a todos que os acompanham, podendo, inclusive, refletir no desenrolar de seus processos. Com o intuito de protegê-los, não é incomum que a família, que também precisa de cuidados e proteção, seja posta de escanteio e tratada um pouco como a vilã da história.

Nesse contexto de distância, rupturas, histórias dolorosas e complexas, bem como de desafios práticos (dia e hora da visita, distância entre o serviço de acolhimento e a casa da família), as relações e vínculos familiares podem se enfraquecer. Por isso, os profissionais do serviço de acolhimento devem estar preparados para, nos momentos de visitas da família ao serviço e contato com a criança e o adolescente, atuarem como mediadores e facilitadores dessa relação.

Nossas Histórias

Quando seus três filhos foram acolhidos, Sheila²⁵ estava em sua quarta gestação e fazia uso de crack há mais de 20 anos. Contou que começou a fumar ainda adolescente, junto com a sua mãe no centro de São Paulo. Demonstrava muito desejo em cuidar dos filhos e conseguir sair da rua. No início do acompanhamento se mostrava resistente com as intervenções da equipe, não conseguia se organizar para chegar no horário das visitas e não aceitava a medida de acolhimento. Um dia comentou que adorava pintar guardanapos. Na semana seguinte, uma das técnicas começou a pintar um guardanapo ao seu lado. Sheila logo se interessou e passou a vir ao serviço duas vezes por semana para participar das oficinas. Aos poucos, se abriu e nos contou a sua história. Quando perdeu o companheiro, atropelado por um ônibus, ficou muito fragilizada e parou de frequentar o serviço. Com a ajuda da equipe de abordagem de rua,

25. O nome utilizado nessa história é fictício.

os técnicos conseguiram encontrá-la e levaram um caderno que contava sua história: “Era uma vez uma garotinha linda de cabelos cacheados que nasceu em São Paulo. Sua mãe dizia que a bebê já nasceu em pé, pois era filha do mundo. Seu sonho era ser delegada e bailarina, adorava dançar e cantar. Quando tinha cinco anos, sua mãe perdeu o emprego e acabou indo morar na rua...” No final da história a mãe se emocionou muito. Depois disso retomou as visitas aos filhos e iniciou um tratamento para o uso de drogas, começou a trabalhar e conseguiu alugar uma casa. Hoje, Sheila mora com os quatro filhos e voltou a estudar para ser delegada. Conta que ainda tem o caderninho com a sua história.

A EXPERIÊNCIA DO IFH

Mesmo que uma criança chegue ao serviço de acolhimento com proibição de visitas por parte dos familiares e até com a destituição do Poder Familiar em andamento, a equipe do IFH entende que é sua responsabilidade aprofundar-se no estudo do caso, realizando encontros e entrevistas com as famílias de origem e/ou extensas, sempre que possível.



Entrega Voluntária

De acordo com o Artigo 13, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, “as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude”. Ou seja, é um direito da mulher realizar a entrega voluntária do seu filho e seu desejo deve ser respeitado pelos profissionais que a atendem. No entanto, apesar da legalidade da ação, pouco se fala sobre o tema, muitas mulheres nem sabem que existe essa possibilidade, e as que decidem pela entrega voluntária ainda sofrem preconceitos e são induzidas a ficar com a criança.

É fundamental que a equipe do serviço acolha e escute a mulher de maneira sensível e compreensiva. Se houver a possibilidade e desejo por parte da mãe, a equipe pode promover um encontro de despedida entre ela e o bebê, deixando esse momento de cuidado e despedida registrado e evitando que futuramente a situação seja interpretada como ruptura ou abandono. A mãe pode também escrever uma carta para o bebê ou deixar um presente.

Sabemos que a entrega de um filho é uma situação ainda permeada de tabus e as mulheres encontram pouco apoio da rede de serviços após a entrega e adoção da criança. É por isso que, se for o caso, a equipe pode também oferecer encaminhamento para uma psicoterapia ou algum grupo de apoio que a ajude na elaboração dessa vivência.

O Acompanhamento da Família

O contato da equipe com os familiares da criança, quando possível, deve ter início no momento do acolhimento. Além de promover uma transição sem ruptura, a participação da família na chegada da criança permite conhecer alguns aspectos de sua história de vida individual e familiar, a rotina e rituais vividos em família, seu histórico

de saúde e outros dados que permitirão a continuidade nos cuidados que a criança recebe (horários, preferências alimentares, características). A família pode trazer objetos pessoais da criança e a equipe pode registrar esse encontro em fotografias, que servirão para manter e fortalecer as referências familiares.

Se a família não estiver presente no momento do acolhimento, a equipe deve contatá-la o mais rápido possível, buscando informações nos diversos serviços da rede, de preferência com pessoas que a conheçam pessoalmente e não apenas através de relatórios, que nem sempre trazem todos os dados necessários e são um recorte da história. Procurar a informação na fonte faz muita diferença no trabalho técnico a ser desenvolvido.

No primeiro encontro ou telefonema, a equipe esclarece o que é o serviço de acolhimento familiar e o papel temporário da família acolhedora, sensibilizando para a importância da criança receber cuidados em ambiente familiar e não institucional. Esclarece também que durante este período o serviço acompanhará a família e avaliará juntamente com ela as circunstâncias que levaram ao acolhimento da criança. Nesse primeiro momento, é fundamental reconhecer, acolher e validar seus desejos e receios.

O acompanhamento familiar e individual da criança, assim como suas metas e prazos para execução, são elencados no Plano Individual de Atendimento (PIA) e encaminhados à Vara da Infância e Juventude no prazo máximo de 30 dias após o acolhimento, sendo reavaliado após o período de 3 meses, como previsto em lei. Além disso, são enviados à autoridade judiciária relatórios bimestrais como forma de garantir a continuidade do processo através de informações constantes sobre o acompanhamento das famílias.

Saiba mais

Há exigências legais do que deve constar no PIA. *Confira!*

Segundo o Art. 101 do ECA, § 6º incisos I a III:

Devem constar do PIA, dentre outras informações:

I – Resultados da avaliação interdisciplinar: com informações do estudo diagnóstico prévio que subsidiou a aplicação da medida protetiva de acolhimento;

II – Os compromissos assumidos pelos pais ou responsável: tendo em vista o trabalho com as possibilidades de retomada do convívio familiar;

III – A previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis, visando a reintegração familiar ou, esgotada estas possibilidades, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária.

Um bom trabalho com as famílias exige articulação com todos os serviços e equipamentos que já atendem as famílias ou para os quais poderão ser encaminhadas. É função do serviço de acolhimento fortalecer a rede de apoio familiar e comunitário através de reuniões com os diversos atores, discussão do caso e delineamento de estratégias conjuntas que vinculem essa família aos outros serviços e garantam a continuidade do acompanhamento a longo prazo. Uma rede alinhada permite que os membros de uma família tenham acesso aos seus direitos como cidadãos e consigam construir condições favoráveis à reintegração da criança.

A construção do vínculo da família com a equipe técnica é condição para a realização de um bom trabalho, demanda tempo e uma atitude acolhedora por parte dos profissionais. Uma vez que o vínculo se estabelece, as famílias se abrem e passam a compartilhar mais informações sobre suas relações e experiências. A escuta qualificada dessas informações possibilitará identificar potências, habilidades e dificuldades para construção de um PIA que, como diz o nome, deve fazer sentido para as características singulares daquela família.

É preciso considerar também que a busca autônoma por atendimento não é algo simples para muitos adultos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Muitas dúvidas e inseguranças podem surgir: como chegar no endereço correto, o que solicitar no local, quem procurar, como será tratado. Diante disso, os profissionais do serviço devem acompanhar as famílias nos atendimentos até que se sintam seguras para dar continuidade por conta própria. Não é função dos técnicos do serviço de acolhimento vigiar ou fiscalizar, e sim ser uma fonte de apoio, suporte e acolhimento.

Todas as informações que dizem respeito ao acompanhamento familiar, à articulação com os atores da rede de serviços e ao processo de desenvolvimento da criança são organizadas em prontuário individual, que também contém documentações pessoais e de saúde, relatórios enviados aos serviços e instâncias competentes, bem como o PIA com os planos de ações traçados com a família. A organização desses registros segue ordem cronológica desde os primeiros contatos para o acolhimento até os seis meses posteriores ao desligamento da criança, em que a equipe dá continuidade ao acompanhamento psicossocial.

Uma boa ideia!

O **Genograma**²⁶ permite identificar características, compreender a estrutura, dinâmica e padrões familiares. É um instrumento valioso para obtenção de informações e de fácil execução. Contribui para criar intervenções com a família em diferentes fases do acolhimento. Outros instrumentos que podem ser utilizados no trabalho com as famílias são a **Linha do Tempo**, que organiza de maneira cronológica os momentos cruciais da vida pessoal e/ou familiar, e o **Mapa do Território**, que inclui os serviços da rede e os lugares de pertencimento daquela família em seu território/comunidade.

Para planejar contato entre família de origem e família acolhedora, a equipe técnica deve estar vinculada à família de origem, compreender de forma aprofundada sua história e avaliar se todos estão seguros e confortáveis para se encontrar. Não havendo impedimentos, é importante para a família de origem conhecer e conversar com quem está cuidando do seu filho, tendo oportunidade de participar da rotina da criança (junto com a equipe técnica do serviço): acompanhamento em consultas médicas, buscar a criança na escola, levá-la para cortar o cabelo etc. Outras estratégias podem ser pensadas caso a caso, como por exemplo, manter um caderno de contato entre a família de origem

26. O genograma é um instrumento que surge da teoria sistêmica e foi consolidado pelo psiquiatra americano Murray Bowen nas décadas de 70/80.

e a família acolhedora, para que possam trocar informações sobre o dia-a-dia, fazendo com que a família de origem sintam-se mais próxima e apropriada da rotina da criança.

A aproximação entre as famílias de origem e acolhedora facilita a despedida gradativa entre a criança e a família acolhedora, além de garantir a continuidade dos cuidados, evitar rupturas e valorizar as relações vivenciadas no período de acolhimento, ainda que criança e família acolhedora não voltem a se encontrar após a reintegração.

NOSSAS HISTÓRIAS!

Eu e meu irmão temos o mesmo histórico familiar: infância sofrida, ausência dos pais, moramos em abrigo até atingir a maioridade. Cada um de nós seguiu rumos diferentes e depois de alguns anos descobri a existência de um sobrinho. Ele estava acolhido em uma família acolhedora, mas precisava de um lar, precisava do seu lar, da sua família. Eu decidi mudar a minha vida e meu histórico familiar: trouxe meu sobrinho para casa. Estou muito feliz com essa decisão e cada dia que passa nossos laços só aumentam. Sim, é uma jornada infinita: trabalho, casa, escola, entre outras, mas com ele me sinto motivada para ser melhor a cada dia.

(Marina²⁷, tia paterna)

Se ao longo do acolhimento a equipe identificar fragilidades ou fatores de risco que excluem a possibilidade de reintegração familiar, tanto criança quanto a família recebem apoio para compreender e lidar com essa realidade. Sempre que possível, é válido realizar um ritual de despedida, o que contribui para que essa separação não seja vivida como uma ruptura ou abandono. Isso permite ressignificar vivências anteriores e construir novos projetos que facilitem a ida da criança para uma família substituta.

27. O nome utilizado nessa história é fictício.

Quando a criança é encaminhada para a adoção, a equipe técnica deve pensar em estratégias de acolhimento e cuidado com a família de origem, juntamente com a rede socioassistencial do seu território. A destituição do poder familiar implica em uma perda total de qualquer informação sobre a criança e o seu destino. Nesse momento de grande impacto, as famílias precisam de apoio e cuidado da rede para lidar com esse sofrimento e ressignificar a maternidade/paternidade, que nunca é anulada. A família passará por um luto, que precisa ser vivenciado e respeitado.

A equipe pode pensar em algumas estratégias para esse momento, como construir com a família um registro de sua história, incluindo o período que antecedeu o acolhimento, através de fotos e relatos. A família deve receber apoio não só para elaborar o luto, mas também para criar novas perspectivas de futuro. Buscar locais de apoio psicológico é boa estratégia para que recebam cuidado de longo prazo.



NOSSAS HISTÓRIAS!

Eu sou tia mãe de uma pequena muito especial. Sou tia porque ela é filha da minha irmã, que infelizmente hoje não tem condições de cuidar dela. Essa pequena foi muito desejada e muito amada por sua mãe. E vendo todo o amor da minha irmã pela filha, meu coração também se encheu de amor por ela. Sou mãe porque decidi ajudar minha irmã e hoje sou eu quem cuida de sua filha. Assumi sua guarda e ela convive com a avó, os irmãos mais velhos, os tios e com toda a família. E de vez em quando visitamos sua mãe, que mora em outra cidade. Ela sabe a história dela e mesmo tão pequena, já entende esse lugarzinho que ocupa na minha vida. Isso é vínculo familiar! (Regina²⁸, tia materna)

3.2 Famílias adotivas

A família adotiva vive a adoção como o nascimento de um filho e por isso precisa de tempo para construir sua parentalidade de acordo com a própria cultura e singularidade. No entanto, precisa de apoio para compreender que a criança adotada não nasce no momento da adoção. Ela possui uma história anterior que faz parte da sua identidade e constitui sua personalidade. Adotar uma criança significa aceitar e reconhecer suas vivências passadas. Somente quando o passado é integrado ao presente e ao futuro, criam-se condições para que a criança se desenvolva e construa um sentimento de identidade consistente.

Toda criança adotada, em algum momento de sua vida, se questiona sobre sua verdade biológica e sua história original. Quando os pais adotivos compreendem a complexidade de fatores – sociais, econômicos, emocionais – que impossibilitaram que ficassem com

28. O nome utilizado nessa história é fictício.



as famílias biológicas, fantasias e enredos imaginados perdem força e informações reais tornam-se a base para conversas abertas e honestas sobre o passado. Ter poucas informações ou dados preconceituosos levam a uma visão desqualificada da família biológica e não contribuem para o desenvolvimento da família adotiva.

Prontuários, relatórios técnicos e transmissão de informações parciais que enfatizam os aspectos negativos que levaram à destituição do poder familiar, desvalorizam e até omitem situações que ajudam a criar empatia com as famílias biológicas. Acreditar que essas eram monstruosas e incapazes pode ser confortável para quem toma as decisões jurídicas e até mesmo para as famílias adotivas, que afastam a ameaçadora fantasia de que um dia os filhos podem preferir ficar com a família biológica. No entanto, esse posicionamento pode levar os filhos adotivos a sentirem que suas origens e, portanto, eles próprios não são bons o suficiente. Paralelamente, os pais adotivos podem criar uma fantasia tão intensa e negativa em relação à família biológica, que ficam constantemente apavorados com a ideia de que por determinação genética os filhos trilhem a trajetória dos genitores.

Além de garantir a saúde emocional da criança, considerar sua história facilita, e muito, a convivência inicial entre pais e filhos. Conhecer a rotina da criança, seus horários, o que a deixa irritada ou alegre, seus hábitos na hora de comer, de dormir, de tomar banho, objetos preferidos, contribui para uma adaptação gradual e tranquila.

A mudança da família acolhedora para a família adotiva é um momento delicado para todos os envolvidos, principalmente, para a criança, que precisa se adaptar a um novo ambiente, a outras figuras de afeto e segurança e a modos diferentes de se relacionar. Considerando os desafios presentes nessa mudança, o serviço de acolhimento deve propiciar à criança oportunidades de elaborar o luto relativo às suas perdas e, simultaneamente, ajudá-la a se abrir e se interessar pelo novo.

A adoção é permeada por perdas que podem comprometer o desenvolvimento emocional e cognitivo de um indivíduo quando acontece de forma abrupta. Dessa forma, todos os adultos que cuidam da criança precisam se empenhar – tanto na fase da transição, quanto no início da vida da criança na nova família – para evitar que esta passagem seja traumática.

A Fase de Aproximação

Uma transição bem cuidada pressupõe escutar e compreender as reações da criança, de modo a apoiá-la na elaboração dos sentimentos mobilizados. Cada processo é construído com singularidade, contemplando as necessidades e possibilidades dos envolvidos, tendo sempre como prioridade o melhor interesse da criança. Dessa forma, a duração da fase de aproximação e a periodicidade dos encontros variam de acordo com o caso. Mas, de um modo geral, dura de duas a seis semanas.

Os processos de aproximação entre a criança e a família pretendente à adoção ocorrem de forma gradativa, garantindo a construção de uma transição segura, pautada no estabelecimento de relações de confiança e respeito. Nas primeiras visitas, que acontecem na sede do serviço de acolhimento, a equipe observa o contato inicial entre a criança e os pretendentes. Quando percebe que o vínculo se estabeleceu, passa a nomear a relação de filiação que começa a nascer.

Gradualmente, as visitas podem passar a acontecer na casa da família acolhedora, onde a criança possui referências de cuidado e segurança. Em ambiente residencial, os pretendentes podem participar de momentos da rotina da criança e assumir certos cuidados, tendo oportunidade de conhecer suas características singulares de forma mais espontânea e natural e aprendendo a interpretar suas manifestações. Nesse contexto e com presença de ambas as famílias, a criança vive experiências de cuidado compartilhado e se sente autorizada a confiar neste novo vínculo.

O serviço deve incentivar a aproximação entre a família acolhedora e a família pretendente à adoção quando avaliar que esse contato favorecerá uma transição segura e continuidade nos cuidados oferecidos à criança. Esses encontros são sempre acompanhados pela equipe, que deve avaliá-los de forma contínua para construir estratégias e manejos de acordo com as reações e comportamentos da criança.

Na terceira etapa, as visitas passam a acontecer na casa da família adotiva, para onde a criança começa a levar gradativamente seus objetos. Esse ritual a ajuda a construir uma relação de pertencimento nesse novo espaço. Quando a equipe avalia de forma positiva,

a família acolhedora pode participar de algumas visitas na casa da família adotiva. Após a criança passar a primeira noite na sua nova casa, é feito um encontro entre criança e sua família acolhedora, que neste dia vai apenas visitá-la, marcando a finalização dessa passagem.

A despedida da criança é um dos momentos mais delicados do processo de acolhimento, já que mobiliza sentimentos diversos, ambíguos, intensos e legítimos na família acolhedora. Para que a experiência do acolhimento deixe marcas de cuidado em todos os envolvidos, a equipe do serviço deve estar atenta a todas as manifestações, ajudando a família acolhedora a reconhecer, validar e ressignificar seus sentimentos.

Vale tanto para a família de origem como para a família adotiva!

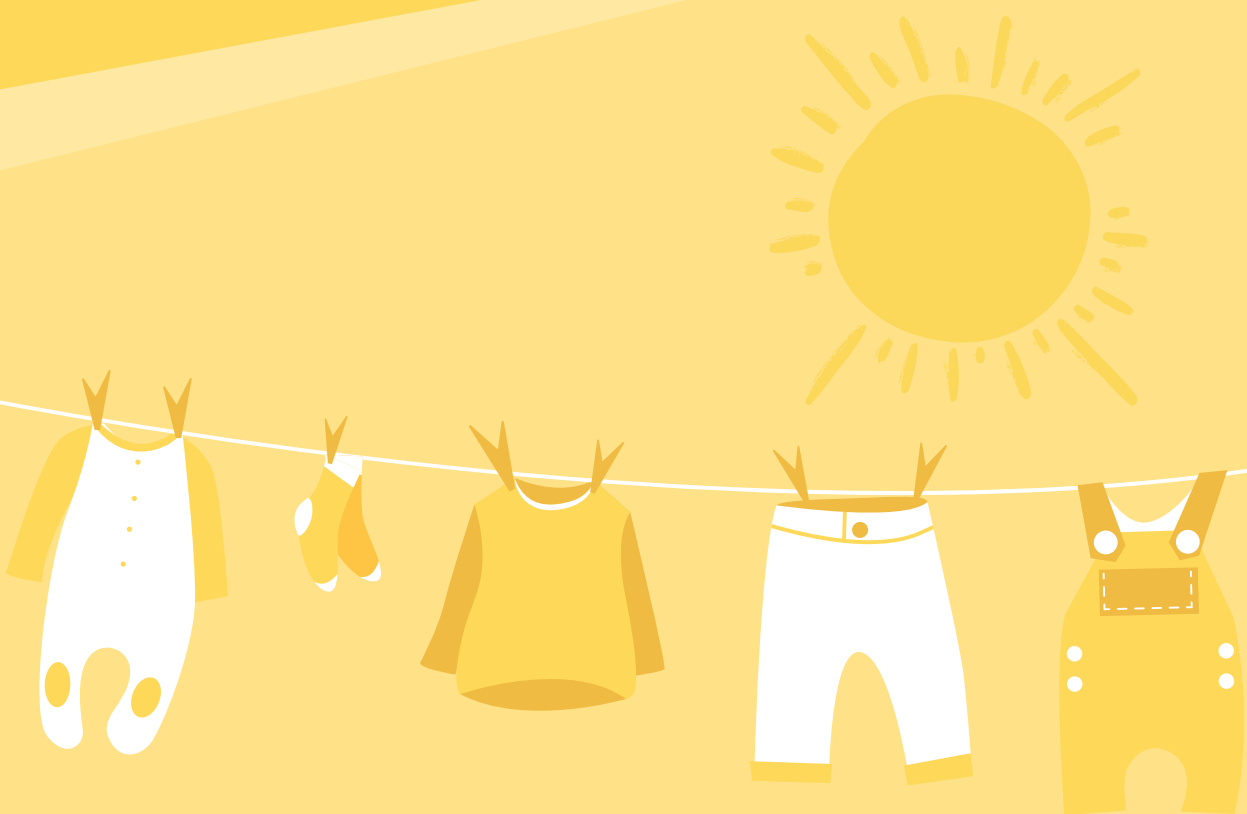
A **manutenção do vínculo com a família acolhedora** é escolha da família da criança. Após o período de aproximação, as famílias podem seguir em contato de forma autônoma se assim desejarem. Quando a família acolhedora é convidada para se tornar padrinho/madrinha da criança, a orientação do serviço é que a resposta seja dada algum tempo depois, quando todos estiverem acostumados com a nova rotina e tiverem refletido com calma sobre o desejo de assumir um papel de grande relevância, com vínculo duradouro e não mais provisório.

NOSSAS HISTÓRIAS!

Saber que nossa filha estava em uma família foi nosso melhor presente. Na aproximação trocamos sentimentos e muitas informações. Nos encontramos muitas vezes e em cada despedida ela pulava de colo em colo. Então entendemos como ela se sente amada. No encerramento desse processo o sentimento é de gratidão! Para sempre! (Isabela²⁹, mãe adotiva)

29. O nome utilizado nessa história é fictício.

Acompanhamento das crianças



O Momento do Acolhimento

NOSSAS HISTÓRIAS!

Pedro chegou miúdo com seus quase dois meses de vida e pouco chorou. Choro de menos. Apatia. Desconforto e até receio do banho. Não reclamava nem de fome. Esperava sua hora... E fomos nos conhecendo. E ele foi se apropriando do seu direito de ter fome, sede, frio, calor, dor, medo, prazer, alegria. E colo, muito colo. Uma semana depois sorria quando o Ro cantava para ele. E foi gostando: da música, do banho, do colo, das brincadeiras, do sino de vento, da cachorra, da jabuticaba... E o sorriso uma vez libertado não o abandonou mais. Sorriso de mostrar o céu da boca. E vinha da alma atingindo e cativando todos ao seu alcance.

E as personagens de sua história foram chegando e circulando à sua volta: mãe, pai, avó, avô, tia, amigos, técnicas, conhecidos de uns e outros. E todos igualmente cativados pela sua doçura nascida de simples afeto. Nutrição gratuita que faltava para o desabrochar do humano Pedro. Encantador menininho.

(Lumena e Ronaldo, Família Acolhedora)

O momento da chegada é tão delicado quanto a despedida, merece atenção e cuidados especiais. A criança que chega ao acolhimento, independente da situação na qual se encontrava, vive um luto e precisa de muito acolhimento e afeto para entender o motivo dessa medida de proteção; deve entender quem são as pessoas que vão cuidar dela a partir de agora e qual a relação que poderá manter com sua família de origem. A equipe técnica deve conversar com o bebê ou com a criança cuidadosamente, respeitando seu

tempo e vontade de falar, acolhendo as diversas reações que podem surgir nos primeiros dias de acolhimento.

Tão mais desestruturador será para a criança se, além da separação e perda, ela não tiver alguém para assumir seu cuidado, não puder expressar seus sentimentos e tê-los compreendidos, tiver vivido perdas anteriores mal elaboradas e passar por novas perdas, entre outros. Por outro lado, se as crianças puderem contar com uma relação segura com um cuidador substituto, possuírem boa auto-estima, capacidade de enfrentamento e estiverem em um ambiente que possibilite a construção de experiências construtivas, haverá a possibilidade de terem os efeitos da situação adversa minimizados. (Mazorra e Tinoco, 2005)

A família e/ou quem cuidou da criança antes do acolhimento devem estar presentes na sua chegada ao serviço, sempre que possível. Além de proporcionar uma transição cuidadosa e respeitosa, a participação desses adultos permite colher informações necessárias para compreensão do caso. Quando não há a participação da família, a equipe deve obter o máximo de informações com aqueles que se encarregaram de acompanhá-la até o serviço.

Depois disso, a família acolhedora comparece ao local para conhecer e se aproximar da criança com mediação dos técnicos. Nesse momento, a equipe transmite todas as informações possíveis sobre a criança, os objetos, documentos e orientações necessárias.

No dia seguinte, a equipe realiza uma visita na casa da família acolhedora para acompanhar a adaptação da criança ao novo ambiente e rotina. Além disso, articula com o posto de saúde da região a primeira consulta de acompanhamento médico de rotina, solicitando sigilo referente aos dados de identificação da família acolhedora e da criança. Se for o caso, a equipe também deve entrar em contato com os outros serviços de acompanhamento médico especializado, creche, etc.

No início do acolhimento a equipe técnica deve estar muito próxima à família acolhedora, auxiliando-a nesse período de adaptação e na compreensão das demandas e expressões³⁰ da criança. Ir com a família nas primeiras consultas médicas, estar presente em momentos da rotina (banho, hora da comida) e fazer visitas com mais regularidade no primeiro mês de acolhimento transmitem segurança à família acolhedora e à criança.

NOSSAS HISTÓRIAS

Alice chegou assustada e demonstrava isso no choro durante o banho, nos movimentos de seu corpinho mostrando desconforto, nos olhos alertas, no sono entrecortado. Por outro lado, sempre teve muita vontade de viver, seja pela forma afoita e gulosa como mama ou pelo choro alto demonstrando força para dizer a que veio. Aos poucos começou a se conectar com a nossa voz quando conversamos com ela. Já não fica mais assustada quando a pegamos no colo e gosta bastante do toque de nossas mãos em seu rostinho tão bem feito. Ela ama ficar no colo e se acalma com o calor do nosso corpo. O vínculo entre nós já está selado e vai se fortalecendo no dia a dia, nos cuidados que temos dedicado a ela e no amor e bem-querer que sentimos.

(Márcia e Beto, Família Acolhedora)



30. Para saber mais sobre as manifestações de sofrimento dos bebês – Livro O acolhimento de bebês: Práticas e Reflexões Compartilhadas. Instituto Fazendo História.

A Construção do PIA

O **Plano Individual de Atendimento (PIA)** é um instrumento utilizado pelos serviços de acolhimento para planejar as ações a serem realizadas com cada criança e adolescente acolhido, visando sua proteção integral e a reinserção familiar. A equipe técnica é a principal responsável pela elaboração e atualização desse documento, com a participação ativa do acolhido (conforme o seu grau de desenvolvimento), de sua família de origem, da família acolhedora e dos serviços da rede socioassistencial e de saúde.

Esse instrumento facilita o planejamento das ações e sistematiza o trabalho individualizado a ser desenvolvido, a partir das particularidades de cada caso e considerando as situações que levaram ao acolhimento. Além disso, oferece informações que sustentarão as decisões do poder judiciário, na medida em que apresenta as ações necessárias e resultados alcançados.

De acordo com as Orientações Técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, do Ministério do Desenvolvimento Social, esse documento deve conter objetivos, estratégias e ações com a finalidade de garantir:

- **A oferta de cuidados de qualidade, o fortalecimento da autonomia, a proteção ao desenvolvimento e aos direitos da criança e do adolescente durante o período de acolhimento, considerando diversidades, singularidades e especificidades;**
- **A excepcionalidade e a provisoriedade da medida protetiva de acolhimento;**
- **A garantia do direito à convivência familiar (preservação e fortalecimento de vínculos familiares durante o período de acolhimento e, quando possível promoção da reintegração familiar segura e, excepcionalmente, colocação em família adotiva);**
- **A preservação da convivência comunitária, com manutenção de vínculos positivos previamente existentes – incluindo pessoas de**

referência da comunidade, do território de origem, além de outras referências afetivas como padrinhos, amigos entre outros – e a construção de novos vínculos e a participação na vida comunitária;

- **O acompanhamento e apoio à família de origem, em parceria com outros serviços da rede, com vistas à superação dos motivos que levaram ao acolhimento e ao desenvolvimento de sua capacidade de cuidado e proteção;**
- **A preparação para o desligamento e o acompanhamento após o desligamento do serviço de acolhimento.**

Não existe um modelo obrigatório de PIA; cada serviço de acolhimento pode elaborá-lo de acordo com as suas particularidades. O modelo utilizado pelo IFH é simples e de fácil utilização, com objetivos claros e ações que facilitem o acompanhamento da família durante o acolhimento.

Após o acolhimento, o serviço inicia imediatamente a elaboração do PIA, que deve estar pronto e ser apresentado ao poder judiciário em até 30 dias e deverá ser reavaliado a cada três meses. Agilidade na construção do PIA resulta em maior agilidade na articulação da rede e construção de combinados com a família, garantindo assim melhores resultados na efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

O processo de elaboração e desenvolvimento do PIA deve buscar a garantia dos direitos da criança e do adolescente afastadas do convívio familiar, com destaque para o direito à convivência familiar e comunitária e a proteção a seu desenvolvimento integral. As decisões a respeito de cada caso devem assegurar, ainda, o superior interesse da criança e do adolescente, ou seja, seus direitos, sua proteção e bem-estar estarão acima de quaisquer outros interesses.

Trabalhando a despedida

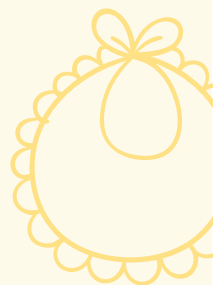
O desligamento da criança deve ser gradativo e marcado por um rito de passagem. Para esse processo ser bem sucedido, é necessário acordar com a Vara da Infância e

Juventude que o serviço acompanhará a preparação de todos os envolvidos e receberá o comunicado do desligamento da criança com a maior antecedência possível.

A preparação da criança e dos adultos consiste em garantir que a transição seja vivida de forma contínua, sem a marca de um rompimento com a família acolhedora e as referências de afeto que ali encontrou. A equipe técnica conversa com a criança sobre as perspectivas de retorno ao seu núcleo familiar ou, nos casos de adoção, sobre a aproximação desta nova família. A realização de uma passagem bem cuidada é uma oportunidade de reparação e elaboração do sofrimento gerado pela separação familiar e acolhimento da criança.

Nos casos de retorno à família de origem ou extensa, mediante decisão judicial, a equipe dá continuidade ao acompanhamento por 6 meses após a reintegração familiar. Nesse período, realiza contatos com os serviços nos quais a família e a criança estão inseridos, visitas domiciliares e encaminhamentos necessários, remetendo relatórios circunstanciados à Vara da Infância e Juventude.

“Uma das coisas que as pessoas mais nos perguntam é: E se você se apegar à criança? E a resposta não pode ser mais clara: É óbvio que iremos nos apegar, é por isso que ela está vindo para nossa casa, para ser amada, protegida, estimulada... Esse apego é fundamental para que a criança possa se desenvolver. Para mim, esse amor é um dos mais puros e sinceros que podemos sentir. Quando chega o momento do desligamento, conseguimos perceber o quão forte e segura a criança se tornou e temos a sensação de dever cumprido.” (Sérgio, Família Acolhedora)



O trabalho com histórias de vida

A identidade de uma pessoa começa a ser construída antes de seu nascimento, recebe influência da história singular de sua família, de seus pais e seus antepassados, bem como

das fantasias e expectativas que cercam o bebê mesmo antes de ser gerado. Além da história pessoal e familiar, há elementos da cultura que banham e marcam a identidade e a forma como cada um vai entender o mundo e se relacionar com ele. Conhecer, compreender e valorizar esses aspectos possibilitam um desenvolvimento psíquico saudável.

Trabalhar com histórias de vida no contexto do acolhimento é, portanto, necessário para garantir o desenvolvimento integral das crianças e um direito garantido por Lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 100, estabelece o princípio da obrigatoriedade da informação e participação, esclarecendo que a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento, devem conhecer o motivo do acolhimento e como essa medida de proteção funciona no seu caso específico. Além disso, esse mesmo artigo pontua que eles têm direito a opinar e participar das decisões tomadas pela autoridade judiciária.

No entanto, conversar a respeito da história não é tarefa simples, exige reflexão em equipe, espaços para discussão de caso e alinhamento entre todos os adultos envolvidos com a criança. Equipe do judiciário, técnicos do serviço de acolhimento e família acolhedora devem definir maneiras respeitadas e acolhedoras para conversar com as crianças sobre o motivo do acolhimento e a situação familiar.

Pesquisas e estudos no campo da psicanálise mostram que mais do que os fatos reais vividos, são as palavras utilizadas pelos adultos e, principalmente a forma como eles significam os fatos reais que determinam as marcas psíquicas que a criança terá sobre determinado evento (Paiva, 2004). A medida de acolhimento, portanto, será reparadora se puder ajudar a criança a encontrar palavras que deem sentido ao que viveu, sem desqualificar suas raízes familiares, ajudando a reconhecer as experiências positivas que teve – mesmo que alternadas a momentos de negligência ou violência.

O impacto do acolhimento e suas motivações no desenvolvimento psíquico das crianças acolhidas pode ser minimizado e até superado através das relações com adultos que exercem as funções de cuidado, proteção e estabelecimento de limites.

Dessa forma, o trabalho com histórias de vida permeia o trabalho mais amplo do serviço de acolhimento e a relação dos adultos com cada acolhido. Deve estar contemplado

no Projeto Político-Pedagógico, nas ações e atitudes diárias. Ele garante à criança se apropriar e participar do processo de acolhimento, de reintegração familiar ou colocação em família substituta. Todos os dados referentes a esse processo são registrados em prontuário individual e compartilhados no dia a dia com a criança.

Além do prontuário, é interessante criar para cada criança um álbum que registra sua história de vida de maneira afetiva e levando em conta sua singularidade. A metodologia do Fazendo Minha História³¹ é uma referência para essa prática. O álbum, construído pela família acolhedora em parceria com a equipe técnica do serviço, reúne fotos e relatos sobre o período de acolhimento, membros da família acolhedora, história familiar e as circunstâncias que motivaram o acolhimento, visitas familiares. Todas essas experiências constituem a identidade da criança e por isso devem ser respeitadas e preservadas.

“Um dos momentos mais marcantes em todo nosso processo de adoção foi receber o álbum do meu filho, aceitar e entender que a história dele também seria a nossa história. Quando nós lhe apresentamos o nosso álbum, ele imediatamente se apoderou dessa família! Foi assim que surgiu uma nova história, um novo álbum, uma nova família!”. (Sybele, mãe adotiva)

Histórias que Curam

Certas vezes, as crianças não têm o amadurecimento ou o repertório de linguagem para compreender todas as informações que compõem a sua história de vida e a complexidade dos sentimentos que a acompanham.

31. Para saber mais acesse <https://www.fazendohistoria.org.br/s/guiafmh.pdf>



Por isso precisam de ajuda para compreender o que vivem. Psicólogos e psicanalistas (D.W. Winnicott, Gilberto Safra, Renate Meyer Sanchez) que trabalham com crianças pequenas perceberam que histórias de faz de conta contribuem muito, pois tratam de maneira indireta e não literal aquilo que é vivido. Através dela, a criança pode se sentir mais compreendida e/ou menos confusa com relação ao que aconteceu e ao que sente.

As metodologias criadas por Gilberto Safra³² e Renate Meyer Sanches³³ oferecem parâmetros para ajudar uma criança a lidar com conflitos, angústias e sofrimento através de uma história criada pelo adulto que dela cuida. A narrativa será construída com personagens que a criança gosta (animais, carros, etc.) e o enredo deve conter os elementos principais da situação desafiadora que ela

32. Livro: Curando com Histórias – a inclusão dos pais na consulta terapêutica das crianças.

33. Livro: Conta de novo, Mãe – histórias que ajudam a crescer

vive, permitindo que se identifique, se reconheça e elabore seus sentimentos. O percurso da trama deve conter os conflitos e maneiras de solucioná-los. Através do recurso lúdico e da fantasia podemos dar nome (palavras) àquilo que a criança viveu e sentiu, dentro de um contexto seguro, não invasivo. Os passos a seguir orientam a construção das histórias que curam:

- Crie um personagem fictício (animais costumam funcionar, mas também podem ser objetos, frutas, veículos, etc.) com o qual a criança possa se identificar – busque saber dos gostos da criança para isso, assim a possibilidade de ela “empatizar” com estes será maior;
- Não faça um personagem que seja muito parecido com a criança, pois isso pode deixá-la resistente;
- Não nomeie o personagem com o mesmo nome da criança;
- Invente uma história que traga os mesmos elementos básicos da história da criança, agora na pele dos personagens;
- Procure descrever ao máximo as situações, os conflitos e os sentimentos dos personagens para facilitar a identificação da criança com estes e a compreensão do que aconteceu. A depender da idade e do momento que a criança vive, insira mais ou menos elementos da realidade;
- Cada conflito ou impasse que acontece em seguida deve ter uma resolução ou um fim;
- A história deve terminar com os conflitos resolvidos, ainda que temporariamente. Os sentimentos hostis ou agressivos que apareceram ao longo da narrativa devem ter sido acolhidos, contornados – as angústias foram superadas. O personagem principal deve estar seguro e calmo ao final da história;

• Diga à criança que você tem uma história que acha que ela vai gostar muito de ouvir. Ao contar a história, acolha qualquer reação que possa ter (desinteresse, ansiedade, questionamentos, querer ouvir novamente, etc) e não exija dela algum posicionamento ou comentário específico – cada criança irá receber a história à sua maneira e demonstrar ou não os efeitos que esta teve!



Considerações Finais

Esta publicação tem como objetivo compartilhar os fundamentos e procedimentos do IFH em relação à execução do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, contribuindo para sua implementação e gestão qualificada, em muitos lugares do Brasil. É um convite para que municípios, organizações e profissionais da área se aproximem de uma experiência bem sucedida encontrando nela ferramentas para executar um serviço de grande importância e complexidade com qualidade e adequando-se às particularidades de cada território.

Desde sua fundação, o Instituto procura elaborar e disponibilizar materiais que ofereçam recursos para a profissionalização das equipes do sistema de garantia de direitos e para o desenvolvimento de metodologias que favoreçam o melhor atendimento das crianças, adolescentes e suas famílias. Quando o serviço de famílias acolhedoras teve início, em 2015, a ideia de sistematizar a metodologia de trabalho já estava presente, mas foi necessário tempo para o amadurecimento desta ideia. Desde então muitas experiências se acumularam e nos ofereceram subsídios e histórias que merecem ser compartilhadas.

A construção do serviço e de sua metodologia foi feita artesanalmente, primando pelo olhar singular a cada história, e o cuidado com os vínculos que se formavam ao longo do processo. Tanta doação, dedicação e investimento circunscritos numa relação que prevê um cuidado temporário e não permanente da criança. Cuidado e proteção integral até a reintegração familiar ou adoção.

O olhar individualizado, o estabelecimento de vínculos estáveis e as palavras que dão sentido ao vivido são fatores fundamentais para o desenvolvimento físico e emocional da criança, e especialmente estruturantes e fortalecedores no período do acolhimento.

Além do papel claro de cuidado e proteção das famílias acolhedoras na vida das crianças separadas de suas famílias de origem, sua atuação é também um posicionamento ético e político ao praticar um importante princípio do ECA e da Constituição: é dever da sociedade assegurar à criança e ao adolescente seus direitos básicos e protegê-los. São famílias cuidando de famílias em uma nova lógica de afeto e apoio fundamentais para a construção de uma sociedade mais acolhedora e participativa.

Esperamos que essa publicação sirva como inspiração para a criação, sistematização e aprimoramento de outros serviços de acolhimento em famílias acolhedoras, oferecendo e difundindo para muitas crianças e adolescentes a vivência de vínculos individualizados e a garantia de seu direito à convivência familiar e comunitária.

Acolhimento Familiar

Você recebe, cuida, acolhe, partilha

A seu tempo, o destino retoma para si seu rumo

O que resta? Tudo

Amor, lembrança, saudade, história escrita e falada

Um futuro melhor

Multiplicado

Que lógica é essa? Você entrega tudo e, no fim, resta o dobro?

Porque fim para um é recomeço para outro

É assim que a vida segue. Vem e vai. Recebe e doa

Acolhimento familiar

O mais próximo que cheguei do incondicional.

Viver é incondicional

(Renato, Família Acolhedora)

● Anexos

Nos anexos estão organizados diversos documentos que o Instituto Fazendo História utiliza no dia-a-dia do seu serviço de acolhimento familiar: passo a passo dos encontros de formação para a equipe do serviço, os materiais e dinâmicas usadas na formação das famílias acolhedoras, guia de entrevistas, ficha cadastral, modelo do termo de adesão, perfil de acolhimento. Esperamos que esses documentos possam servir de apoio e inspiração para a construção da metodologia de outros serviços e para a formação qualificada de novas famílias acolhedoras.

● ANEXO 1 – FORMAÇÃO DA EQUIPE DO SERVIÇO FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

1º ENCONTRO *Família Acolhedora – Lugar e Papel*

Objetivo: Caracterização do acolhimento familiar e do papel da família acolhedora. Construção dos critérios esperados para avaliação do perfil das famílias acolhedoras.

2º ENCONTRO *Acolhimento Familiar – Nuances do trabalho*

Objetivo: Definição do que querem trabalhar na seleção e preparação das famílias, bem como qual a organização necessária para execução do Serviço. Processo macro de implementação e execução junto a outros atores do SGDCA. Processo micro de estruturação interna e execução.

3º e 4º ENCONTROS *Princípios e Metodologias*

Objetivo: Discutir princípios e metodologias. O trabalho com famílias e com histórias de vida numa perspectiva sistêmica. Visão de sujeito de direitos e de sujeito em desenvolvimento, o acompanhamento das crianças e das famílias acolhedoras.

5º ENCONTRO *Chegadas e Partidas*

Objetivo: Valorização do vínculo para o desenvolvimento da criança. Diferenciação entre separação e ruptura. Reflexão sobre as circunstâncias que possibilitam uma separação ser reparadora e estruturante, ao invés de traumática. Reflexão sobre os aspectos que podem garantir uma experiência saudável de separação e luto.

6º ENCONTRO *Construindo o Acolhimento Familiar*

Objetivo: Esclarecimentos finais. Retomar o processo vivido nos encontros e planos de ação que ficam para as próximas etapas de implementação. Retomar o passo a passo do processo de seleção e qualificação, e da execução do Serviço.

● ANEXO 2 – DINÂMICA DE SENSIBILIZAÇÃO

Essa dinâmica pode ser realizada no encontro de apresentação

Relatos de Experiências

- Ler o livro *Agora não, Bernardo* (autor: David L. Mckee).
- Pedir que lembrem de uma experiência/situação da sua infância, na qual se sentiram desamparados e pouco cuidados. Descrever a situação e as sensações que desperta. Cada um compartilha a situação e as sensações e anotamos as sensações em um flip chart ou cartolina.
- Ler o livro *Ledazeda* (autor: Mahyra Costivelli).
- Pedir que lembrem de uma experiência/situação da sua infância na qual se sentiram verdadeiramente acolhidos por alguém. Descrever a situação e as sensações que desperta. Cada um compartilha a situação e as sensações e anotamos as sensações em um flip chart ou cartolina.
- No grupo maior, ler alto para todos as sensações descritas nos dois grupos e perguntar o que mais chamou a atenção. Abrir para uma reflexão. Fazer paralelos com o momento que a criança vive, de desamparo e acolhimento ao mesmo tempo.

● ANEXO 3 – CADASTRO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS E ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Ficha Cadastral – essa ficha é enviada após o encontro de apresentação junto com os documentos pessoais da família, a partir de seu interesse em continuar o processo de formação/seleção.

INTEGRANTE 1

Nome: _____

RG: _____ CPF: _____

Data de Nascimento: _____ Sexo: () M () F

Estado Civil: _____ Cel.: _____

E-mail: _____

Escolaridade/Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Horário de Trabalho: _____

INTEGRANTE 2

Nome: _____

RG: _____ CPF: _____

Data de Nascimento: _____ Sexo: () M () F

Estado Civil: _____ Cel.: _____

E-mail: _____

Escolaridade / Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Horário de Trabalho: _____

ENDEREÇO FAMILIAR

Endereço: _____

Bairro: _____ São Paulo-SP CEP: _____

Tel.: _____ Cel.: _____

CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

Filhos do casal: _____

Idade: _____

Escolaridade/Profissão: _____

FILHOS DE UM DOS CÔNJUGES

Idade: _____

Escolaridade/Profissão: _____

OUTROS MEMBROS QUE RESIDEM NA CASA

Grau de parentesco: _____

Idade: _____

Escolaridade/Profissão: _____

● ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO

Após as entrevistas familiares, enviamos um questionário junto com um documento que orienta seu preenchimento.

Orientações para preenchimento do questionário

- *Escolha um momento de tranquilidade para responder o questionário, no qual você possa se dedicar exclusivamente a essa tarefa.*
- *Leias as questões com atenção.*
- *As respostas podem ser extensas, não se preocupe em ser objetivo.*
- *Interrompa o preenchimento do questionário se não puder respondê-lo nas condições descritas acima, mesmo que precise fazer em várias etapas para concluir.*
- *Sinta-se tranquilo para responder as questões de forma sincera, sem o receio de ser julgado ou avaliado.*

QUESTIONÁRIO

- Como ficou sabendo do Famílias Acolhedoras?
- Quem foi que teve inicialmente o interesse em participar? E por quê?
- Conseguiu motivar toda família? Como foi esse processo?
- Todos os membros da família têm interesse? (se possuem filhos, como tem sido conversado com eles e qual a opinião que trazem a respeito?)
- Tem alguma motivação ou interesse em adotar uma criança? Se sim, está na fila ou inserido o nome no cadastro de adoção ou está em processo de habilitação?
- Você disponibiliza de tempo para participação nos encontros de supervisão? Quais os melhores dias e horários para você participar dos encontros em grupo e individuais?

Sobre a Organização Familiar:

Rotina

- Como organizam a rotina diária da família?
- Com quem você pretende contar para ajudar nos cuidados da criança?
- Quem ficaria como responsável pelos cuidados da criança no cotidiano?

Convivência Comunitária

- Como é a vida social e comunitária da família?
- Tem participação em atividades comunitárias? Quais?

Lazer

- Alguém da família propõe ou promove atividades de lazer?
- Realizam atividades de lazer individualmente?
- Quais as atividades que a família gosta de realizar conjuntamente?

Atividade Religiosa

- A família tem alguma crença religiosa?
- Participa e frequenta alguma atividade religiosa?
- Existe a participação de toda família?

Educação dos filhos

- Participam das atividades educacionais dos filhos?
- Como se dá seu engajamento em atividades na escola dos filhos?
- Ajudam nas tarefas escolares?
- Como se dá a rotina das atividades escolares?
- Como acreditam que devem educar seus filhos?
- Como fazem para colocar limites?

Relacionamento familiar

- Levante as principais qualidades e fraquezas? Qual você acha que são os pontos fortes e facilidades da relação entre os membros da sua família?
- Qual você acha que são os pontos fracos e dificuldades da relação entre os membros da sua família?
- Como resolvem problemas, stress e conflitos?
- Como apoiam uns aos outros?
- Como definiriam o relacionamento entre o casal?
- E entre pais e filhos?
- Em caso de mais filhos, entre os irmãos?
- Como é seu o relacionamento e/ou da sua família com os membros da família expandida (irmãos, cunhados, pais, sogros, etc.)?

- Descreva as características de cada um, incluindo personalidade e desejo de ser uma família acolhedora.

Saúde da família

- Estado Geral?
- Alguém apresenta alguma doença?
- Requer algum tipo de cuidado especial?
- Alguém faz uso de álcool? Com que frequência?
- Alguém da família fuma?
- Alguém da família faz uso de drogas? Com que frequência?
- Alguém faz tratamento psiquiátrico ou uso de medicação psiquiátrica?
- Em caso afirmativo, qual a medicação e qual o diagnóstico?
- Alguém na família já teve algum antecedente criminal? Em caso afirmativo, relate a natureza do delito e a pena cumprida.

Moradia

- Tipo de Casa:
Térrea () Sobrado () Apartamento ()
- Descrição:
Dormitórios () Banheiros () Sala de Estar () Sala de Refeição () Cozinha ()
Área de Serviço () Garagem () Quintal/Área de Lazer () Escadas () Jardim ()
- No caso de sua família receber um bebê ou uma criança pequena, onde ela dormiria?
- Há algum espaço que você considere de risco para um bebê ou criança pequena?
- Você se dispõe a colocar telas protetoras em janelas, portões proteções para escada, etc?
- Quem organiza e como são divididas as tarefas domésticas?
- Alguém na família tem alguma preferência por alguma atividade doméstica ou simplesmente participar:
Cozinhar () Limpar () Organizar () Preservação dos Espaços () Cuidar das Plantas ()
- Possuem animais na casa? Quem é responsável por cuidar do animal?

● ANEXO 5 – ENCONTROS DE QUALIFICAÇÃO

1º ENCONTRO *Conhecendo o acolhimento familiar – o papel de cada um*

Este encontro tem por objetivo discutir aspectos éticos, práticos e legais sobre o serviço de acolhimento familiar. Nele são contextualizados a Rede Socioassistencial e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com intuito de garantir às famílias participantes a apropriação do lugar deste serviço na Política de Assistência e a clareza da dimensão social e afetiva do cuidado com as crianças acolhidas e suas famílias.

Entende-se que é necessário ampliar a discussão sobre a participação e o papel de cada ator no processo de acolhimento familiar e realizar dinâmicas que aproximem ainda mais da realidade em que estão entrando. Sugere-se iniciar o encontro passando recortes do filme Central do Brasil, que retrata, entre outras coisas, uma história de acolhimento e cuidado provisório, porém informal, como aconteceu e ainda acontece no Brasil.

Aspectos a serem considerados na discussão com o grupo:

- a importância da história familiar e o lugar da família de origem;
- a importância dos vínculos afetivos;
- o fato de que circunstâncias socioeconômicas não têm relação com afeto e cuidado;
- a importância do acolhimento temporário num momento de crise familiar;
- a necessidade de uma despedida bem cuidada e nomeada;
- o cuidado necessário nos encontros e despedidas no acolhimento familiar legalizada pela justiça e com acompanhamento técnico.

Dica: Pode ser solicitado ao grupo que o filme seja assistido na íntegra antes do encontro, levantando os aspectos que mais chamam atenção e podem estar relacionados ao acolhimento familiar.

Depois da discussão sobre o filme, realizar nova atividade. Sugestão:

Dinâmica – O Papel de Cada Um

São entregues duas ou mais situações (que podem ser encontrados no kit de formação) para cada dupla de participante. A dupla deverá discuti-las apontando qual(ais) ator(es)

decidem sobre cada questão e justificar suas resposta. São atores possíveis:

- Vara da Infância e Juventude (VIJ)
- Equipe Técnica
- Família Acolhedora
- Família de Origem

Após as discussões em dupla, abre-se a reflexão para o grupo maior. À medida que as respostas forem apresentadas, a equipe pedirá opinião dos demais participantes para construção coletiva de um posicionamento ético e legal. Essa atividade evidencia o processo participativo de decisões e a complexidade envolvida em cada decisão assumida.

Por fim, vale retomar e diferenciar novamente o acolhimento familiar da adoção, algo ainda confuso para muitas pessoas. Quem chega até esse momento costuma já ter clareza disso, mas é sempre bom retomar e explicar detalhadamente, até para ajudá-los a se posicionar frente às inúmeras perguntas que terão que responder. A tabela abaixo pode ajudar a ilustrar as diferenças.

	Acolhimento Familiar	Adoção
TEMPO	Provisório ECA Art.101 §1º	Definitivo/Irrevogável ECA Art.39 §1º
DIREITOS LEGAIS	A guarda terá manutenção vinculada à permanência da família acolhedora no serviço de acolhimento	Igualdade de direitos e deveres com relação a filhos biológicos ECA Art.41
PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA DE ORIGEM	Salvo determinação em contrário, não há impedimento de visitas pelos pais ECA Art.33 §4º	Destituição do Poder Familiar ECA Art.45 §1º
COMO CHAMAR?	Pelo nome de cada integrante da família acolhedora, uma vez que a vínculo e afeto, mas não uma relação familiar definitiva	Mãe/Pai

2º ENCONTRO *Famílias e Famílias*

Este encontro oferece vivências e espaço para manifestação de possíveis preconceitos, idealizações, máscaras e defesas relacionadas ao tema família. Sensibiliza-se o grupo para a complexidade de cada indivíduo ou família, implicando cada participante nessa análise. Ao final do encontro, é feita uma breve apresentação sobre a história do acolhimento de crianças e uma reflexão sobre as famílias em situação mais vulnerável. São apontadas as conquistas mais importantes em termos de legislação e discutidas visões e princípios do trabalho com famílias, diferenciando o assistencialismo da perspectiva de garantia de direitos.

Sugestão de quebra-gelo:

Batata Quente – quando a música parar, quem estiver segurando a bola conta uma batata-quente da sua família, que pode ser uma situação engraçada, constrangedora, inusitada ou difícil.

Sugestões de atividades:

Dinâmica – Família Ideal/Real

O grupo é dividido em subgrupos compostos por 4 pessoas e entrega-se uma cartolina com a frase “*Ser família é...*” e materiais gráficos. Solicita-se que representem “o que é uma família”, através de recortes, desenhos, frases e palavras. Cada grupo apresenta o seu cartaz aos demais.

Em seguida, os participantes escrevam individualmente em filipetas de papel distribuídas como acham que são as famílias das crianças que poderão acolher. Cada pessoa apresenta sua frase e a equipe organiza-as por temas em um painel. Por exemplo: na primeira coluna do painel podem ser colocadas características que estão relacionadas à violação de direitos, como “vulneráveis”, “sofridas”, “pobres”; na segunda coluna podem ser colocados termos que sugerem um julgamento prévio, como “desestruturadas”, “agressivas”, “doentes”. Na terceira coluna podem ser colocadas características relacionadas à potência e sensibilidade das famílias, como “afetivas”, “determinadas”, “referência para a criança”. Tudo isso, sem ainda apontar essas categorias. Quando todos tiverem colocado suas frases, pergunta-se o que eles percebem nas frases e categorias criadas.

Abre-se então uma discussão propondo que pensem em qual das caracterizações identificam traços e aspectos das suas próprias famílias. Tendo em vista que na reflexão sobre as famílias de origem geralmente observa-se maior levantamento de características que as vitimizam ou as desqualificam, procura-se desmistificar a ideia de que as famílias atendidas pelo serviço são “problema” e apontar a potência que muitas vezes são identificadas nelas.

Aspectos a serem considerados na discussão com o grupo:

- idealização de um modelo de família;
- identificação com o ideal de família;
- projeção de valores no olhar para as famílias das crianças atendidas;
- julgamento a partir de uma referência pessoal;
- implicações para o trabalho de fortalecimento familiar quando adota-se como referência uma família ideal;
- implicações para o trabalho de fortalecimento familiar quando as fragilidades são superdimensionadas e as potências são desvalorizadas.

Dinâmica – Muitos olhares para a família

O grupo é dividido em pequenos subgrupos de 3 a 4 pessoas e todos recebem um papel que descreve a mesma história: “Uma mulher sofre violência do marido e entra em trabalho de parto prematuro. Após nascimento da criança, a família volta para casa. O pai da criança permanece dias ausente e sempre que retorna está embriagado e agressivo. A mãe toma medicações em excesso e em um determinado dia fica o dia inteiro dormindo. Um vizinho invade a casa após ouvir o bebê chorando por aproximadamente 40 minutos ininterruptos e encontra a criança sobre um colchão encharcado de urina. Ambos são levados ao hospital e o Serviço Social aciona a VIJ. O juiz determina o acolhimento da criança, que é encaminhada a uma família acolhedora”.

É entregue um papel para cada subgrupo solicitando que recontem essa história para todos assumindo o lugar de um dos atores do relato: homem, mulher, vizinho, assistente social, juiz ou família acolhedora. Posteriormente, é feita uma discussão com o grupo todo.

Aspectos a serem considerados nessa reflexão:

- são contadas muitas versões para uma mesma história;
- cada versão é contada a partir do lugar do personagem e das referências do narrador;
- necessidade de identificar a complexidade de cada caso;
- importância de identificar o contexto sócio histórico da situação para garantir um olhar ampliado (a situação relatada por uma pessoa é sempre um recorte).

Sugestão de texto: *O canto da princesa*, de Beatriz Gonçalves Kawall (no livro *Causos do ECA* 6).

Mudança de Paradigma

<i>Assistencialismo</i>	<i>Assistência Social</i>
Parte do desejo/vontade da Instituição	Parte da realidade social/contexto social/território
Foco na ação e na necessidade imediata dos assistidos, desconsiderando suas relações familiares e comunitárias	Foco na convivência e fortalecimento das relações familiares/comunitárias
Pontual (não continuada)	É planejada, permanente e prevê continuidade
Não prevê participação dos usuários no planejamento das ações	Planejada junto com os usuários
Assistido - incapaz - carentes	Trabalha pelo fortalecimento do protagonismo dos usuários/famílias (sujeitos de direitos) Construção de um projeto a partir da potência e habilidades da família

Sugestão de leitura de livro para fechar o encontro: *O livro da família*, Todd Park.

3º ENCONTRO *Laços e Rupturas*

Nesse encontro, a separação é abordada como algo previsto em todas as relações humanas, em diversas fases da vida. O luto é um processo saudável que visa internalizar e ressignificar aquilo que foi “perdido”, de tal modo que seja possível seguir adiante. São

discutidos aspectos que impedem a vivência saudável do luto e não permitem que o sujeito siga em frente, ficando, muitas vezes, fixado no passado e naquilo que foi perdido. Entre esses aspectos estão a qualidade do laço ou da relação vivida e a forma como foi desfeito. Sabe-se que se não houver rituais para despedida o desenlace é mais custoso e difícil.

Separação X Ruptura

<i>Separação</i>	<i>Ruptura</i>
Gradual	Violenta/Repentina/Traumática
Doída/Sofrida	Não reconhece o sofrimento nem as necessidades do sujeito
Narrada/Conversada	Não é nomeada Não oferece ao sujeito a oportunidade de verbalizar o que sente sobre isso
Pode oferecer espaços para “reencontros”	Evita-se a lembrança como defesa

Este é um encontro reflexivo, em que cada um resgata experiências individuais de encontros e despedidas, identifica os recursos emocionais que dispõe, reconstrói uma compreensão sobre essas vivências e procura entender se foram reparadoras ou traumáticas.

Sugestões de atividades: Leitura do livro *Vô, eu sei domar abelhas*.

Após a leitura do livro, solicita-se que reflitam individualmente sobre três questões:

- O que o personagem busca?
- O que encontra?
- Como encontra?

A partir dessas questões são levantados aspectos relacionados ao processo de luto, tais como:

- a necessidade de entendimento da situação
- a importância de apropriação da experiência

- a busca por explicação
- a necessidade em dar sentido e significado àquilo que foi vivido, bem como dar lugar ao outro e à experiência.

Após essa reflexão, solicita-se que cada integrante do grupo pense numa pessoa com quem teve uma relação que não existe mais e que foi importante e marcante. Cada um do grupo compartilha a relação que resgatou na memória e responde as seguintes questões:

- Que marca deixou esse encontro?
- Que marca deixou essa separação?

Outras questões podem ser levantadas durante a discussão:

- a forma como ocorreu a separação implica na marca que fica?
- a separação foi uma experiência reparadora ou traumática?
- houve despedida?
- quais foram/seriam as possibilidades de despedida?
- a ideia de uma separação é tão dolorida que não vale a pena o encontro?

Sugestão de poema para ser lido: *AUSÊNCIA*, Carlos Drummond de Andrade.

*Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.*

4º ENCONTRO Vínculo e Desenvolvimento

O objetivo primordial deste encontro é discutir a importância do vínculo afetivo e do apego para o desenvolvimento infantil desde o nascimento da criança. Os vínculos de segurança estabelecidos com o bebê o constituem e fortalecem o estabelecimento de outros vínculos,

bem como oferecem recursos emocionais para a vivência de experiências de separação. É feita também uma breve apresentação dos múltiplos aspectos do desenvolvimento, dos fatores de risco e indicadores de sofrimento psíquico a primeira infância.

Sugestão de vídeos:

Harlow e os macacos Rhesus

Esse foi um estudo realizado com macacos neonatais, separados de suas mães ao nascer. Eles eram colocados com duas mães artificiais, sendo uma delas uma armação de arame com rosto de madeira e uma mamadeira à altura do peito, e a outra também uma armação, mas revestida de um tecido felpudo. Os bebês ficavam com ambas as mães e, à medida que cresciam, mostravam uma forte ligação com a mãe de pano. Quando se deparavam com um urso mecânico de pelúcia, por exemplo, fugiam para junto da mãe de pano, agarravam-se a ela e, então confortados e sem medo, examinavam o urso. Do mesmo modo, quando colocados numa sala estranha, procuravam imediatamente a mãe de pano e se agarravam a ela em busca de consolo, antes de iniciarem a exploração do ambiente e dos objetos ali colocados. Perante o estímulo gerador de medo, os macaquinhos agarravam-se à mãe macia tal como o fariam a uma mãe real, na busca de conforto, proteção e confiança. Este comportamento nunca era observado com a mãe de arame, mesmo em macaquinhos criados só com ela. Pelo contrário, na ausência da mãe confortável, os macaquinhos ficavam paralisados pelo medo e não exploravam o ambiente.

Caminhando com Timtim

História do menino Timtim, que em suas caminhadas diárias até a casa da avó explora os diversos recursos e estímulos que a rua lhe apresenta (pedrinhas que se encaixam na calçada, poças de água da chuva, natureza). Sempre acompanhado pela mãe, com quem evidentemente mantém uma relação de apego seguro, Timtim vive suas aventuras, explora o mundo ao seu redor e estabelece relações sociais com as pessoas e com os animais que encontra no caminho. Tem em sua mãe, que confia em sua capacidade de, acompanhando, fazer escolhas e explorar o que lhe faz sentido, a referência de segurança que lhe possibilita tudo isso.

Os vídeos são apresentados nessa sequência e abre-se discussão sobre a importância do vínculo e do apego com uma figura de referência, para o fortalecimento da autonomia e para desenvolvimento do bebê.

Aspectos a serem considerados na discussão com o grupo:

- O contato reconfortante transmite segurança ao bebê. Uma mãe “desconfortável” é incapaz de transmitir segurança.
- A referência de segurança é essencial para o desenvolvimento global do bebê (motor, cognitivo, emocional, social, da linguagem, da autonomia), que ocorre a partir da interação com o outro, com o mundo e com os objetos do conhecimento. A ausência de um adulto que esteja presente, confie nas capacidades da criança e com quem ela estabelece um apego seguro irá interferir negativamente em seu desenvolvimento.

Sugestão de atividade:

O que eu vejo?

São apresentados ao grupo slides (que podem ser encontrados no pen-drive de formação para serviços de acolhimento familiar) com imagens de bebês em circunstâncias diversas, tais como, vivências de experimentações sensoriais durante a alimentação e em brincadeiras, fragilidade física, expressando sentimentos de alegria, tristeza ou contrariedade, medo, entre outros. Solicita-se que, a cada imagem mostrada, tragam as impressões, sensações e sentimentos despertados. **Aspectos a serem considerados na discussão com o grupo:**

- A capacidade de o bebê despertar no cuidador encantamento através da empatia, permitindo que este vá ao encontro de suas necessidades.
- A leitura que o adulto faz do bebê e como responde às suas expectativas e necessidades contribui para a construção da subjetividade, da identidade e para o desenvolvimento como um todo.
- O investimento que o adulto faz no bebê ocorre numa relação de troca, em que ambos são beneficiados, estão implicados e são impactados por ela.

Sugestão de livros: *Quando eu nasci*, de Isabel Minhós Martins e *A história de Pedro*.

5º ENCONTRO *Histórias de Vida*

Este encontro tem por objetivo valorizar a importância do registro da história da criança, bem como refletir sobre a necessidade de garantir que sua história familiar seja respeitada e valorizada. São abordadas e esclarecidas dúvidas sobre: Como falar? O que falar? Como registrar? Como compreender?

Discute-se as implicações desse registro na constituição e no desenvolvimento da criança, refletindo sobre a importância de nossas próprias histórias e experiências de vida para constituição de nós mesmos. Apresenta-se a metodologia de construção de álbuns utilizada no Fazendo Minha História³⁴, programa do IFH, como ferramenta e parte do projeto-político pedagógico do Serviço Famílias Acolhedoras. A equipe esclarece aos participantes que é compromisso da família acolhedora realizar esse registro com a criança durante o período de acolhimento, uma vez que essa estratégia auxilia nas conversas com a criança sobre a sua história e ajuda a transmitir sua trajetória de vida para aqueles que cuidarão dela após o acolhimento, seja a família de origem, extensa ou adotiva.

Aspectos a serem considerados na discussão com o grupo:

- *Os bebês e crianças têm história!*
- *A história de uma criança começa a ser escrita muito antes do seu nascimento. Ela é construída pela história de sua família, de seus pais e antepassados, e construída a partir dos sonhos e desejos que são endereçados a ela, por aqueles que a cuidam.*
- *A história do bebê ou da criança é algo precioso e não estará registrada em sua memória consciente. Contar essa história num álbum será um presente!*
- *Colocar as histórias, por mais duras que sejam, em palavras, ajuda o bebê ou criança a entender, à sua maneira, o que aconteceu e a restabelecer a confiança no mundo.*
- *É importante mostrar e ler o álbum para o bebê ou criança. Mais do que ser algo para seu futuro, é algo importante para seu presente! Ela se apropriará dele e o reconhecerá como seu! Da mesma forma, se apropriará e reconhecerá sua história.*

- *Falar com o bebê ou criança e nomear fatos importantes sobre sua história é lhe oferecer uma versão sobre o porquê de sua separação em relação à família e de lhe garantir um lugar singular, único, de cuidado e proteção nesse momento.*
- *É preciso garantir que o bebê ou criança possa, mais adiante, construir uma versão própria a respeito de sua vida e que tenha elementos para isso.*

Parâmetros para construção do álbum:

- O álbum deve ser escrito em terceira pessoa, por um narrador que relata a história do e para o bebê ou criança.
- Não é necessário seguir uma ordem cronológica dos acontecimentos.
- Apresentar a família acolhedora em algum momento do registro, bem como o serviço de acolhimento familiar.
- Colocar título nas páginas, data e legenda nas fotos.
- Garantir o registro de temas como: gestação e nascimento, identidade da criança (dados, características pessoais, preferências), desenvolvimento, visitas familiares, origem familiar, motivo do acolhimento, experiências vividas durante o acolhimento, acontecimentos importantes, espaços e pessoas que conheceu, entre outros.

Sugestão de vídeo: TED *Os Perigos de uma História Única*, de Chimamanda Adichie.

Em sua fala, a escritora Chimamanda Adichie traz uma reflexão sobre o impacto da versão única de uma história na construção de rótulos e estereótipos, bem como no desmerecimento da singularidade do sujeito. A partir dele, propões-se a discussão sobre a implicação das histórias contadas e ouvidas para a constituição da identidade pessoal do sujeito.

“Todas essas histórias fazem-me quem eu sou. Mas insistir somente nessas histórias negativas é superficializar a minha experiência e negligenciar as muitas outras histórias que me formaram.” **Chimamanda Adichie**

34. Informações e materiais desse programa podem ser encontrados no site do Instituto: www.fazendohistoria.org.br

// *A história única cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentiras, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se única.*” **Chimamanda Adichie**

Sugestão de atividade:

Dinâmica – Retrato de criança

É previamente solicitado a cada participante que traga uma foto, reveladora de alguma história significativa, de quando tinha entre 0 e 3 anos de idade. Solicita-se que mostrem a foto aos demais participantes e contem “que história é essa”. Em seguida, a equipe aponta que os participantes relataram detalhes que não constam na foto e questionam se conhecem essa história porque a trazem na lembrança ou alguém lhes contou. Reflete-se sobre o quanto o olhar do outro nos constitui e sobre o fato de que a ausência de registro das experiências da criança implica na falta de uma parte de sua história e, portanto, na construção de sua identidade.

Sugestão de atividade para fazer em casa: construir uma página com a fotografia que apresentaram.

Sugestão de livros: *Guilherme Augusto Araújo Fernandes e Como é que eu era quando eu era bebê.*

6º ENCONTRO Construindo o acolhimento familiar

Nesse encontro retoma-se o percurso vivido até este momento do processo de seleção e qualificação. São esclarecidos os próximos passos para as famílias que forem selecionadas: o início do acolhimento e as documentações que formalizam a parceria entre família acolhedora e o serviço.

Explica-se o passo a passo do acolhimento a partir da chegada da criança, discriminando as funções da equipe do serviço e da família acolhedora, numa perspectiva de complementaridade e parceria.

Sugestões de atividades: Construindo o acolhimento familiar (termo de adesão).

Divide-se o grupo em quatro subgrupos e solicita-se que reflitam sobre os aspectos importantes a serem combinados nessa parceria de trabalho:

- *Responsabilidade da família acolhedora com o serviço*
- *Responsabilidade do serviço com a família acolhedora*
- *Responsabilidade da família acolhedora com a criança*
- *Responsabilidade da família acolhedora com a história de vida da criança*

Cada subgrupo recebe um desses itens e discute como essas responsabilidades e funções poderiam ser formuladas em um contrato escrito a ser firmado entre famílias acolhedoras e o serviço de acolhimento. Partindo da produção de cada subgrupo, são acrescentados outros aspectos importantes que compõem o Termo de Adesão, que é apresentado em seguida.

Por que estou pronto/Por que não estou

Para esta atividade, são convidadas 2 famílias acolhedoras veteranas que já integram o serviço e já acolheram crianças. Cada família em processo de formação recebe um papel com as seguintes questões:

1) Porque estou pronto(a) para acolher?

*do ponto de vista do sentimento

*da realidade concreta

2) Porque não estou pronto(a) para acolher?

*do ponto de vista do sentimento

*da realidade concreta

Cada grupo familiar é convidado a pensar nessas questões e em seguida compartilhar com o grupo suas reflexões. Ao longo da discussão, a equipe incentiva a interação e trocas entre as famílias, facilitando a identificação entre eles e a manifestação de dúvidas que podem ser comuns a todos.

Em seguida, é aberto um bate papo entre as famílias acolhedoras em processo de formação e as veteranas. Ao longo da conversa, a equipe observa as dúvidas, inquietações e interesses que ainda estão presentes após o ciclo de encontros de qualificação. Estes aspectos podem ser discutidos nas devolutivas com cada família e compõem ainda o processo de avaliação.

Sugestão de livro: *O trem da amizade*, de Wolfgang Slawski.

Levando em conta que é fundamental avaliar cada estratégia desenvolvida pelo serviço, sugere-se a realização de uma avaliação escrita com os participantes ao final dos encontros. Segue modelo sugerido:

AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO

Hoje concluímos uma parte importante desse processo e queremos muito ouvir a sua avaliação. Pedimos que nos aponte os aspectos mais importantes e aqueles que precisamos melhorar, em relação a cada um dos itens abaixo:

Sobre o Material

(das apresentações, dinâmicas e outros recursos utilizados)

Sobre a Linguagem

(quanto à clareza e objetividade)

Sobre o Conteúdo

(quanto à apropriação das informações, as dúvidas foram sanadas? Os anseios foram contemplados?)

Muito obrigada!

● ANEXO 6 – PERFIL DE ACOLHIMENTO

Após os encontros de qualificação e a aprovação da família, é realizada uma conversa com a equipe técnica para delimitar juntos o perfil de acolhimento da família.

PERFIL DE ACOLHIMENTO

Família Acolhedora: _____

Critérios para identificação do perfil de acolhimento que a família está apta para exercer:

1. Em relação à sua disponibilidade para viabilizar os encontros da criança com sua família de origem. Para vocês, é possível?

- () finais de semana
- () durante a semana
- () ambos

Justificativa: _____

2. Em relação à saúde, você se dispõe a receber uma criança em que condições?

- () sem doença/diagnóstico pré-existente
- () doença/diagnóstico tratável
- () deficiência
- () independe

Justificativa: _____

3. Em relação à idade, você se dispõe a receber uma criança na faixa etária:

- () de zero a seis anos
- () acima de 4 meses (inclusão escolar)

Justificativa: _____

● ANEXO 7 – TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

O Instituto Fazendo História, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, como mantenedor do Serviço de Acolhimento Familiar – “Famílias Acolhedoras”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Ortiz, 114 - Sumarezinho, inscrita no CNPJ sob nº 07.325.044/0001-30 com registro no CMDCA sob nº x, concede, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) por sua representante legal, o presente **Termo de ADESÃO** aos cidadãos abaixo identificados, por passarem a integrar o Quadro de Famílias Acolhedoras.

	<i>Nome</i>	<i>RG</i>
1. 11		
2. 22		

Cada um dos cidadãos acima qualificados – após o processo interno e relatório de avaliação técnica específico da equipe de profissionais – passa a integrar o Quadro de Famílias Acolhedoras do Serviço de Acolhimento Familiar do Instituto Fazendo História – “Famílias Acolhedoras”, assumindo, em decorrência dessa avaliação, os seguintes compromissos, obrigações e normas:

1. A família acolhedora ficará responsável pela criança _____, nascida em _____ a partir da data de assinatura deste termo, devendo comparecer ao Cartório da Infância e Juventude em data previamente agendada para formalização da guarda. Conforme Art. 6º da Portaria 03/2016 da Vara da Infância e

Juventude – Foro Central, “deverá ser expedido termo de guarda no prazo máximo de 05 (cinco) dias”. O Termo de Guarda tem prazo de validade determinado, devendo ser renovado a cada 6 meses, ou conforme determinação judicial, “condicionando-se, expressamente, a validação do termo à manutenção da família ao serviço de acolhimento em família acolhedora”.

2. A família acolhedora realizará o acolhimento como serviço voluntário pelo qual não será remunerada e nem terá caracterizado vínculo empregatício, uma vez que a parceria estabelecida tem como objetivo atender ao melhor interesse da criança.

3. A família acolhedora atenderá ao que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e encontra-se disposto no documento Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, assumindo a prestação de assistência material, saúde, moral, educacional e lazer à criança acolhida.

4. A família acolhedora contará com Bolsa Auxílio Mensal no valor equivalente ao salário mínimo nacional, sendo este subsídio financeiro repassado pelo Instituto Fazendo História, durante o período que perdurar o acolhimento.

5. A família acolhedora reconhece que o acolhimento é medida de proteção de **caráter excepcional e provisório**, a ser feito pelo período necessário, a fim de garantir o trabalho psicossocial com a família de origem e/ou determinação de medidas necessárias pela Vara da Infância desta Comarca, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 101 parágrafo 1º.

6. A família acolhedora se compromete a participar das atividades do Serviço, incluindo as reuniões quinzenais em grupo, reuniões mensais individuais e acompanhamento das visitas da família de origem e extensa da criança, conforme análise e orientação da equipe técnica, com a regularidade que se fizer necessária.

7. A família acolhedora se responsabiliza a realizar consultas médicas periódicas e vacinação da criança, conforme Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde (PCDT).

8. A família acolhedora se compromete a comunicar a equipe do Serviço qualquer alteração no quadro de saúde da criança e se responsabiliza a acompanhá-la em

atendimento médico de emergência, caso haja indicação desta equipe.

9. A equipe técnica do Serviço Famílias Acolhedoras se compromete a oferecer suporte técnico e emocional à família acolhedora durante o acompanhamento dos encontros individuais e grupais, bem como nos momentos em que se fizer necessário, ao longo de todo o período de acolhimento da criança.

10. A família acolhedora deverá solicitar autorização prévia, por escrito, do Serviço Famílias Acolhedoras, em caso de necessidade de viagem a outro Município ou Estado.

11. A família acolhedora se compromete a apresentar a criança acolhida à equipe técnica do Serviço de Acolhimento, sempre que lhe for solicitado tal procedimento.

12. A família acolhedora declara estar ciente de que, mesmo diante de alegação de vínculo afetivo ou afinidade, não há possibilidade de tutela ou adoção.

13. A família acolhedora se compromete a preservar as histórias da criança e de sua família, mantendo o sigilo das informações trocadas junto à equipe do serviço e da rede.

14. A família acolhedora se compromete a não divulgar, nem permitir que ninguém divulgue a imagem da criança, estando ciente da proibição do envio de fotos desta através de aplicativos ou mídias sociais.

15. A família acolhedora está autorizada a arquivar e utilizar fotos da criança em seu arquivo pessoal ou no álbum da criança.

16. O contato entre família acolhedora e família de origem, extensa ou adotiva deve acontecer mediante avaliação prévia e indicação da equipe do Serviço de Acolhimento, devendo a família acolhedora respeitar as orientações técnicas e os limites previstos para esta interlocução.

17. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Serviço de Acolhimento é equiparado ao guardião para todos os efeitos de direito, sendo esta responsabilidade, neste caso, compartilhada com a família acolhedora enquanto esta estiver vinculada a esta Organização. Importante destacar que durante o período de acolhimento haverá momentos nos quais o bebê estará sob total responsabilidade da equipe do Serviço de Acolhimento, estando a família acolhedora eximida de toda e qualquer responsabilidade

do que venha acontecer com a criança nesses intervalos de tempo, que são: visitas ao Fórum e/ou outros espaços de atendimento da criança, visitas com a família de origem/ extensa, em aproximação com a família adotiva e em qualquer situação ou circunstância que a equipe técnica do Serviço de Acolhimento avaliar necessário.

18. A família acolhedora se compromete a entregar a criança acolhida sob sua guarda à equipe técnica do Serviço Famílias Acolhedoras nas seguintes circunstâncias:

18.1. Se por determinação judicial, houver:

Ø Reintegração à Família de Origem ou Extensa;

Ø Adoção por família substituta;

Ø Transferências para outros Serviços de Acolhimento.

18.2. Se por avaliação técnica da equipe do Serviço de Acolhimento, a família não estiver cumprindo as condições de cuidado e proteção preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

18.3. Quando a família acolhedora identificar que por algum motivo excepcional não se encontra mais em condições de exercer o cuidado e a proteção da criança. Neste caso, deve comunicar imediatamente a equipe técnica do Serviço e aguardar o tempo necessário para os devidos encaminhamentos.

18.4. Quando houver descumprimento de qualquer item disposto no Termo de Responsabilidade disposto acima.

Estando de pleno acordo, assinam o presente Termo em duas vias de igual teor.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Instituto Fazendo História
"Famílias Acolhedoras"

Família Acolhedora

Família Acolhedora

GLOSSÁRIO

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especial da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

FMH – Fazendo Minha História

IFH – Instituto Fazendo História

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MP – Ministério Público

OSC – Organização da Sociedade Civil

OT – Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SGDCA – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VIJ – Vara da Infância e Juventude

PIA – Plano Individual de Atendimento

Documento elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, que leva em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável. Constam do Plano Individual, dentre outros: resultados da avaliação interdisciplinar; compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e

previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária (ECA, Art.101).

PPP – Projeto Político-Pedagógico

Família de origem ou natural – a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (ECA, Art.25).

Família extensa – aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (ECA, Art.25).

Família substituta ou adotiva – família para a qual a criança ou adolescente deve ser encaminhado de maneira excepcional, por meio de qualquer das três modalidades possíveis, que são: guarda, tutela e adoção (ECA, Art. 28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Artigos

Bilson, A. (2010). The Development of gate-keeping functions in Central and Eastern Europe and the CIS: Lessons from Bulgaria, Kazakhstan and Ukraine.

BOWLBY, J. Cuidados Maternos e Saúde Mental. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Cyrulnik, B. (2004). Os patinhos feios. Editora Martins Fontes. São Paulo.

del Valle, J. F., López, M., Montserrat, C., & Bravo, A. (2009). Twenty years of foster care in Spain: Profiles, patterns and outcomes. *Children and Youth Services Review*, 31(8), 847-853.

MAZORRA, L., & TINOCO, V. (2005). Luto na infância: intervenções psicológicas em diferentes contextos. *São Paulo: Livro Pleno*.

PAIVA, L.D. Adoção: Significados e Possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Pela, C. C. D. N. C. (2016). Importância dos Vínculos familiares na primeira infância: Estudo II.

Rizzini, I. (2007). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. Cortez Editora.

SILVA, E. R. A. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/Conanda, 2004.

SPITZ, R. A. O primeiro ano de vida. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VALENTE, J. (2013). Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. *São Paulo: Paulus*.

WINNICOTT, D.W. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Zeanah, C.H., Nelson, C.A., Fox, N.A., Smyke, A.T., Marshall, P., Parker, S.W., & Koga, S. (2003). Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: The Bucharest Early Intervention Project. *Development and Psychopathology*, 15(4), 885-907. PMID: 14984131.

DOCUMENTOS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf.

BRASIL. Resolução nº 71/2011, de 15 de junho de 2011. Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências. Brasília, DF: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Diário Oficial da União, Seção 1, edição de 07/07/2011.

BRASIL. Lei Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 mar 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm.

FILMES

Central do Brasil. Brasil. Walter Salles, 1998.

Removida (ReMoved), Nathanael Matanick, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rz1w7CABg3g>

Os Perigos de uma História Única (The Danger of a Single Story). TED de Chimamanda Adichie, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY&t=55s>

Empatia e Simpatia. Katy Davis. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_7BTwvVBrwE

O Começo da Vida. Estela Renner, 2016. Disponível em: <https://ocomecodavida.com.br/filme-completo/>

PARA SABER MAIS SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA

Aliança pela Infância <http://www.aliancapelainfancia.org.br/>

Fundação Bernard Van Leer <https://bernardvanleer.org/pt-br/>

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal <http://www.fmcsv.org.br>

Instituto Alfa e Beto <http://www.alfaebeto.org.br/arquivos/causas/primeira-infancia> Instituto Zero a Seis <http://www.zeroaseis.org.br>

Núcleo pela infância <https://ncpi.org.br/>

Radard da Primeira Infância <http://www.radardaprimeirainfancia.org.br>

Rede Nacional Primeira Infância <http://primeirainfancia.org.br>

Rede Pikler Brasil <http://redepiklerbrasil.blogspot.com.br>

Núcleo Ciência pela Infância <https://ncpi.org.br/>





FICHA TÉCNICA

Realização

Instituto Fazendo História

Direção técnica

Isabel Penteadó

Coordenação Famílias Acolhedoras

Lara Naddeo

Produção de Conteúdo e Revisão Técnica

Claudia Vidigal

Clarissa Temer

Débora Vigevani

Isabel Penteadó

Jane Valente

Julia Teixeira

Lara Naddeo

Roberta Vialli de Almeida

Sara Maria Luvisotto

Projeto Gráfico

Designeria

Fotos

Marcos Yoshikawa

Apoio

Instituto Samuel Klein

“

*Uma das coisas que as pessoas mais nos perguntam é: E se você se apegar à criança? E a resposta não pode ser mais clara: **É óbvio que iremos nos apegar, é por isso que ela está vindo para nossa casa, para ser amada, protegida, estimulada...***

Esse apego é de fundamental importância para que a criança possa se sentir segura para se desenvolver. Para mim, esse amor é um dos mais puros e sinceros que podemos sentir. Quando chega o momento da despedida conseguimos perceber o quão forte e segura a criança se tornou, temos a sensação de dever cumprido.”

(Sérgio – família acolhedora)

